



DMVF
B3 LISTED NM

MANUAL DE PARTICIPAÇÃO DO ACIONISTA E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

29 DE ABRIL DE 2026
Horário: 14h

Local: Sede social, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 2.150 – Bloco N, 3º andar, sala 306, Barra da Tijuca, CEP 22775-003.

d1000 Varejo Farma Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ: 12.108.897/0001-50

SUMÁRIO

1.	<i>Mensagem da Administração</i>	3
2.	<i>Cópia Fiel do Edital de Convocação</i>	5
3.	<i>Orientações para Participação dos Acionistas na AGO</i>	7
4.	<i>Conflito de Interesses</i>	11
5.	<i>Proposta da Administração</i>	12
5.1	<i>Examinar, discutir e votar as contas e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.</i>	12
5.2	<i>Deliberar sobre a destinação dos resultados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025</i>	14
5.3	<i>Fixar o número de membros efetivos do Conselho de Administração e eleger tais membros, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia referente ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2027; e</i>	15
5.3.1.	<i>Fixar o número de membros do Conselho de Administração</i>	15
5.3.2.	<i>Eleger os Membros do Conselho de Administração</i>	15
5.4	<i>Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal para o exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2026 e, uma vez instalado, fixar a quantidade de membros do referido órgão;</i>	18
5.5	<i>Caso seja aprovada a instalação do Conselho Fiscal, eleger os membros efetivos e suplentes do referido órgão, bem como indicar o seu Presidente;</i>	19
5.6	<i>Fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026.</i>	21
5.7	<i>Caso seja instalado, fixar o montante global anual da remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026.</i>	22
	<i>ANEXO I</i>	23
	<i>ANEXO II</i>	24
	<i>ANEXO III</i>	45
	<i>ANEXO IV</i>	46
	<i>ANEXO V</i>	48
	<i>ANEXO VI</i>	51
	<i>ANEXO VII</i>	189
	<i>ANEXO VIII</i>	192

d1000 Varejo Farma Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ: 12.108.897/0001-50

1. Mensagem da Administração

Senhores Acionistas,

É com muita satisfação que convidamos V.Sas. a participarem da Assembleia Geral Ordinária da **d1000 Varejo Farma Participações S.A.**, sociedade por ações com sede social na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 2.150 – Bloco N, sala 306, Barra da Tijuca CEP 22775-003 ("**Companhia**"), a ser realizada em 29 de abril de 2026, às 14h, na sede social da Companhia ("**AGO**").

A Administração da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), vem submeter aos acionistas da Companhia a apreciação sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia da AGO: **(i)** examinar, discutir e votar as contas e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(ii)** deliberar sobre a destinação dos resultados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(iii)** fixar o número de membros efetivos do Conselho de Administração e eleger tais membros, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia referente ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2027; **(iv)** deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal para o exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2026 e, uma vez instalado, fixar a quantidade de membros do referido órgão; **(v)** caso seja aprovada a instalação do Conselho Fiscal, eleger os membros efetivos e suplentes do referido órgão, bem como indicar o seu Presidente; **(vi)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026; e **(vii)** caso seja instalado, fixar o montante global anual da remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026.

Assim, a Administração da Companhia elaborou este Manual para Participação na Assembleia Geral Ordinária ("**Manual**") visando facilitar, estimular e prestar, de forma clara e precisa, esclarecimentos e orientações para a participação de V. Sas. na AGO da Companhia, contribuindo para que seu direito de voto seja plenamente exercido.

Reunimos neste Manual importantes esclarecimentos e orientações sobre as deliberações a serem tomadas na AGO da Companhia deste ano. Aqui você encontrará informações sobre data, local, matérias a serem deliberadas e todas as orientações de votos e procedimentos, além de um modelo de procuração constante no **ANEXO I** para facilitar a sua participação na AGO. Nesse sentido, esperamos que este Manual lhes seja útil para o esclarecimento de suas eventuais dúvidas a respeito da AGO, bem como possibilite uma tomada de decisão informada.

Adicionalmente, em cumprimento ao disposto na Resolução CVM 81, a Administração da Companhia, vem, com vistas a esclarecer as matérias a serem deliberadas na AGO, apresentar a proposta da Administração ("**Proposta da Administração**") sobre os assuntos em pauta, instruída de anexos contendo: **(i)** a proposta da remuneração global dos administradores; **(ii)** a seção 02 do Formulário de Referência da Companhia; **(iii)** as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência da Companhia em relação às sugestões de membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal da Companhia; **(iv)**

a seção 08 do Formulário de Referência da Companhia; **(v)** o Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria, o qual contém o parecer do Comitê de Auditoria referente às demonstrações financeiras da Companhia; **(vi)** o parecer do Conselho Fiscal; e **(vii)** a proposta de destinação do resultado do exercício, na forma do Anexo A à Resolução CVM 81.

As matérias a serem deliberadas na AGO estão descritas no Edital de Convocação e na Proposta de Administração. Por favor, leia-os com atenção. Estamos à sua disposição para dirimir qualquer dúvida.

Sua opinião é de fundamental importância para o desenvolvimento dos negócios da Companhia, motivo pelo qual contamos com sua presença. Aproveitamos para apresentar nossa consideração e apreço.

Cordialmente,

Sammy Birmarcker

Diretor Presidente

d1000 Varejo Farma Participações S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ: 12.108.897/0001-50

2. Cópia Fiel do Edital de Convocação

d1000 Varejo Farma Participações S.A.
CNPJ/MF Nº 12.108.897/0001-50
NIRE 33.300.294.066

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente edital, ficam convocados os acionistas da d1000 Varejo Farma Participações S.A. (“**Companhia**”) para a Assembleia Geral Ordinária, a se realizar em 29 de abril de 2026, às 14h, na sede social da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 2.150 – Bloco N, sala 306, Barra da Tijuca CEP 22775-003 (“**AGO**”), para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**:

- (i) examinar, discutir e votar as contas e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (ii) deliberar sobre a destinação dos resultados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (iii) fixar o número de membros efetivos do Conselho de Administração e eleger tais membros, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia referente ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2027;
- (iv) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal para o exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2026 e, uma vez instalado, fixar a quantidade de membros do referido órgão;
- (v) caso seja aprovada a instalação do Conselho Fiscal, eleger os membros efetivos e suplentes do referido órgão, bem como indicar o seu Presidente;
- (vi) fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026; e
- (vii) caso seja instalado, fixar o montante global anual da remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026.

Instruções Gerais:

I) Poderão participar da AGO os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia: **(a) pessoalmente**; **(b)** por seus **representantes legais ou procuradores**, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou em custódia fungível, conforme dispõe o artigo 126 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”); ou **(c)** via **boletim de voto a distância** por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM, depositário central ou diretamente à Companhia, de acordo com o previsto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

I.1) Os Boletins deverão ser encaminhados de acordo com as orientações previstas na Seção "*Orientações para participação mediante o envio de boletim de voto a distância*" da Proposta da Administração para a presente Assembleia e, no caso de envio dos Boletins para a Companhia, preferencialmente por e-mail, devendo tais Boletins serem recebidos até 25 de abril de 2026 (inclusive). Eventuais Boletins recebidos após essa data serão desconsiderados.

I.2) Os acionistas que optarem por enviar os Boletins para o escriturador da Companhia ou para os seus respectivos agentes de custódia ou depositário central, deverão observar os procedimentos e prazos por eles determinados, observado que caso não seja previsto prazo diverso por tais prestadores de serviços, os Boletins deverão ser por eles recepcionados até 25 de abril de 2026 (inclusive).

II) A AGO será realizada presencialmente seguindo o mesmo critério de realização das últimas assembleias da Companhia, considerando que a sua sede está situada em local de fácil acesso, além de ser assegurada aos acionistas a participação à distância por meio do envio de Boletim de Voto à Distância.

III) Para participar da AGO, o acionista deverá depositar na sede da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 2.150 – Bloco N, 3º andar, sala 306, Barra da Tijuca, CEP: 22775-003, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da AGO documentos de identificação e/ou constituição do acionista, conforme o caso, acompanhados de instrumento de mandato, na hipótese de representação do acionista, devidamente regularizados na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia. Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à AGO munido dos documentos referidos até o momento da abertura dos trabalhos poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

IV) Encontra-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (ri.reded1000.com.br), bem como nos websites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>) e da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) todos os documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGO, incluindo este Edital de Convocação e a Proposta da Administração para as matérias a serem deliberadas na AGO.

V) Por fim, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante necessário para solicitar a adoção do processo de voto múltiplo é de 5%, nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada. Ademais, nos termos da referida norma, o percentual mínimo do capital votante para eventual instalação do Conselho Fiscal é de 2%.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2026.

Fernando Perrone

Presidente do Conselho de Administração

d1000 Varejo Farma Participações S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ: 12.108.897/0001-50

3. Orientações para Participação dos Acionistas na AGO

O presente Manual para participação na AGO tem por objetivo prestar esclarecimentos aos senhores acionistas acerca das regras e procedimentos para participação na AGO.

A AGO será realizada de **modo presencial**, seguindo o mesmo critério de realização das últimas assembleias, tendo em vista que a sede da Companhia está localizada em local de fácil acesso, ou seja, observado o disposto neste Manual e na Proposta da Administração, os acionistas poderão participar e votar na AGO tanto presencialmente (comparecendo nos endereços, na data e horário indicados abaixo) quanto a distância por meio do envio prévio de voto para as respectivas matérias constantes da ordem do dia através do Boletim de Voto a Distância ("**Boletim**").

Assim, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da Resolução CVM 81, seguem, neste Manual, as informações a respeito dos procedimentos e prazos relativos à AGO.

3.1 Participação Presencial

Para participação presencial na AGO, pessoalmente ou representado por procurador, os acionistas deverão apresentar (em conjunto, "**Documentos Necessários**"):

- ✓ os seguintes documentos de identificação, conforme aplicáveis, sendo que caso tais documentos estejam em língua estrangeira, deverão ser vertidos para o Português por tradutor juramentado, observado que será necessário o apostilamento, a notariação e a consularização dos mesmos:
- (i) **Pessoas Físicas:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH, passaporte ou Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado) (em conjunto, "**Documento de Identidade**") do acionista ou de seu representante legal; observado, conforme aplicável, que o documento apresentado deverá, em qualquer hipótese, encontrar-se dentro do seu respectivo prazo de validade. E, quando representado por procurador, cópia do documento que comprove os poderes do signatário, outorgado há menos de 1 (um) ano, que seja (i.1) acionista, (i.2) advogado, ou (i.3) administrador da Companhia;
- (ii) **Pessoas Jurídicas:** Documento(s) de Identidade do(s) representante(s) legal(is) e último estatuto / contrato social consolidado em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação do acionista;
- (iii) **Fundos de Investimento:** Documento de Identidade do representante legal, último regulamento consolidado do fundo e estatuto / contrato social vigente do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação.

Todos os acionistas, seus representantes legais ou procuradores deverão comparecer à AGO munidos dos Documentos

Necessários.

Aos acionistas que forem representados por meio de procuração, deverá ser apresentado o instrumento de mandato outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. As procurações devem ser outorgadas da forma tradicional, devendo estar rubricadas e assinadas de próprio punho, ou de forma digital, desde que assinada por meio de certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil. Ainda, não estão dispensados o reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada das procurações.

Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa física ou que não assinar a procuração em seu próprio nome, deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo.

Com vistas a outorgar celeridade aos procedimentos preparatórios da AGO e a possibilitar a resolução de quaisquer pendências com os Documentos Necessários para participação na AGO, a Companhia solicita aos acionistas que enviem os Documentos Necessários à Companhia até o dia 27 de abril de 2026 (inclusive).

3.2 Participação por Mecanismo de Voto a Distância

(I) Participação por meio de encaminhamento de boletim de voto a distância

O acionista que resolver exercer o seu direito de voto a distância por meio do encaminhamento do Boletim, nos termos dos artigos 26 e seguintes da Resolução CVM 81, deverá preencher todos os respectivos campos do Boletim e seguir os passos abaixo, os quais são imprescindíveis para que os votos sejam considerados válidos.

O Boletim deverá ser recebido pela Companhia em uma das modalidades de envio abaixo descritas em até 4 (quatro) dias antes da AGO, ou seja, até o dia 25 de abril de 2026 (inclusive), nos termos do art. 27 da Resolução CVM 81, salvo se prazo diverso for estabelecido pelos Agentes de Custódia, Depositário Central ou pelo BTG Pactual (conforme abaixo definidos). Ressaltamos que caso o Boletim seja recebido após esta data, os votos não serão computados.

a. Mediante instruções de voto transmitidas pelos acionistas ao escriturador das ações da Companhia

Esta opção destina-se exclusivamente aos acionistas detentores de ações depositadas no BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S/A DTVM, na qualidade de escriturador das ações da Companhia.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com o agente escriturador das ações de emissão da Companhia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim de Voto à distância, bem como os documentos e informações que venham a ser por eles exigidos.

A Companhia esclarece que serão desconsideradas instruções de voto conflitantes, assim entendidas aquelas provenientes de um mesmo acionista que em relação a uma mesma deliberação tenha votado em sentidos distintos em Boletins de Voto entregues por prestadores de serviços diferentes.

Desde que o respectivo Boletim de Voto à distância seja considerado válido pela Companhia, o acionista que decidir votar à distância será considerado presente para todos os efeitos da Lei das S.A.

A instrução de voto proveniente de um mesmo acionista será atribuída a todas as ações detidas por aquele CPF ou CNPJ, conforme o caso, de acordo com as posições acionárias fornecidas pelo agente escriturador.

Caso haja divergência entre as informações constantes de eventual Boletim de Voto à distância enviado diretamente à Companhia ou ao depositário central e a instrução de voto contida no mapa analítico enviado pelo escriturador em relação a um mesmo acionista, a instrução de voto contida no mapa de votação prevalecerá.

Agente escriturador da Companhia: BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S/A DTVM

E-mail: escrituracao.acao@btgpactual.com

b. Mediante instruções de voto transmitidos pelos acionistas aos seus respectivos agentes de custódia ou ao depositário central

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações depositadas com instituições e/ou corretoras (“**Agentes de Custódia**”) na B3. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelos Agentes de Custódia que mantêm suas posições em custódia ou pelo próprio depositário central.

O acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto ao Agente de Custódia com o qual mantém suas ações em custódia, observadas as regras determinadas por esse último, que, na sequência, encaminhará tais manifestações de voto à Central Depositária da B3, ou mediante a transmissão de sua instrução de voto diretamente ao depositário central, observadas as regras determinadas pela B3.

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento de Boletim é facultativo para os Agentes de Custódia, recomendamos que o acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

A Companhia informa que caso o respectivo Agente de Custódia não preste o serviço de voto a distância o acionista terá a opção de enviar seu Boletim e documentos aplicáveis diretamente ao escriturador das ações da Companhia, ao depositário central ou à própria Companhia. A Companhia não é responsável pela comunicação entre os acionistas e seus respectivos Agentes de Custódia.

c. Orientações para participação mediante o envio de boletim de voto a distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por meio do envio do Boletim diretamente à Companhia deverá seguir as instruções abaixo:

(i) para envio da via física do Boletim: o acionista deverá imprimir o Boletim, preenchê-lo, rubricar todas as suas páginas e assiná-lo. Na sequência, deverá encaminhar o Boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado, juntamente com cópia simples dos Documentos Necessários aplicáveis, conforme previstos no item 3.1 deste Manual, todos os quais deverão ser recebidos pela Companhia até 4 (quatro) dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 25 de abril de 2026 (inclusive), no seguinte endereço postal, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

**Avenida Ayrton Senna, nº 2150, Bloco N, Sala 306
Barra da Tijuca, Rio de Janeiro / RJ**

CEP 22775-003

A/C: d1000 – Diretoria de Relações com Investidores.

O acionista poderá também antecipar o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviando a via digitalizada do Boletim e dos documentos de representação para o endereço eletrônico ri@d1000varejofarma.com.br, sendo certo que será indispensável, no entanto, que a Companhia receba a via original (física) do Boletim e dos demais documentos comprobatórios encaminhados anteriormente por e-mail pelo acionista dentro do prazo acima previsto; ou

(ii) para envio da via eletrônica do Boletim: o acionista deverá preencher e assinar o Boletim digitalmente por meio de certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil. Na sequência, deverá encaminhar o Boletim devidamente preenchido e assinado, juntamente com cópia digitalizada dos Documentos Necessários aplicáveis, conforme previstos no item 3.1 deste Manual, todos os quais deverão ser recebidos pela Companhia até 4 (quatro) dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 25 de abril de 2026 (inclusive), por meio do endereço eletrônico ri@d1000varejofarma.com.br.

Em qualquer hipótese, o Boletim só será recebido pela Companhia até 4 (quatro) dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 25 de abril de 2026 (inclusive), e desde que devidamente preenchido e assinado de acordo com as instruções acima, bem como acompanhado de cópia simples da documentação indicada abaixo:

Caso os Boletins sejam assinados por representantes ou procuradores, as procurações devem ser outorgadas (1) da forma tradicional, devendo estar rubricadas e assinadas de próprio punho (sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, notariação, consularização e tradução juramentada, conforme aplicável); ou (2) de forma digital, desde que assinada por meio de certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa física ou que não assinar a procuração em seu próprio nome, deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo.

Uma vez recebidos o Boletim e respectivas documentações exigidas, a Companhia avisará ao acionista em até 3 (três) dias do recebimento dos referidos documentos acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Resolução CVM 81.

Caso o Boletim seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não esteja acompanhado dos documentos comprobatórios descritos acima, a Companhia avisará o acionista a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância. Caso o Boletim retificado e/ou os documentos comprobatórios descritos acima sejam recebidos após o dia **25 de abril de 2026**, o Boletim será desconsiderado e o acionista será informado de referida desconsideração por meio do endereço de e-mail indicado no Boletim.

d1000 Varejo Farma Participações S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ: 12.108.897/0001-50

4. Conflito de Interesses

Conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, o acionista não poderá votar em quaisquer deliberações que configurarem conflito de interesses, incluindo as que o beneficiarem de modo particular, conforme o caso.

Havendo alegação por qualquer dos acionistas presentes sobre o suposto conflito de interesses de acionista que o impeça de votar na Assembleia ou, ainda, sobre a ocorrência de outra hipótese legal de impedimento de voto, e não tendo o próprio acionista declarado seu impedimento, o presidente ou secretário da assembleia deverá suspender a deliberação para ouvir e receber tal alegação, juntamente com eventual manifestação contrária do acionista em questão, antes de colocar a matéria em votação.

O próprio presidente da mesa da Assembleia poderá, em constatando um possível impedimento de voto, solicitar ao acionista esclarecimento sobre a situação, antes de colocar a matéria em votação.

Em linha com o entendimento atual da CVM, em situações previstas na Lei das Sociedades por Ações em que o impedimento de voto seja inequívoco e o acionista não se abstenha de votar, o presidente da mesa terá poderes para declarar tal impedimento na própria Assembleia. Em outras situações, que demandem uma análise posterior e pormenorizada dos fatos, não será facultado ao presidente impedir o voto, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis sobre a eventual anulabilidade do voto proferido.

d1000 Varejo Farma Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ: 12.108.897/0001-50

5. Proposta da Administração

5.1 Examinar, discutir e votar as contas e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

As contas dos administradores estão apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (“**Demonstrações Financeiras**”), cuja aprovação foi recomendada pelo Comitê de Auditoria em reunião iniciada em 12 de março de 2026 e encerrada em 16 de março de 2026, pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração da Companhia em reuniões realizadas em 16 de março de 2026. A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. emitiu relatório e parecer, no qual expressa uma opinião sem ressalvas às Demonstrações Financeiras da Companhia (“**Relatório e Parecer dos Auditores Independentes**”).

As Demonstrações Financeiras resumidas, incluindo o Relatório da Administração, as Notas Explicativas resumidas, o Relatório e Parecer dos Auditores Independentes resumido e o Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria foram publicados no jornal “Valor Econômico” na edição do dia 26 de março de 2026, sendo que as Demonstrações Financeiras completas, incluindo o Relatório da Anual da Administração, as Notas Explicativas completas, o Relatório e Parecer dos Auditores Independentes completo e o Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria estão disponíveis para consulta nos websites da Companhia (<https://ri.reded1000.com.br/>), da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e do jornal “Valor Econômico” (<https://valor.globo.com/>).

A Companhia esclarece que, em observância ao Art. 10º, III, da Resolução CVM 81, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, constam como **ANEXO II** à presente Proposta da Administração, disponível nos websites da Companhia (<https://ri.reded1000.com.br/>) e da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

O **ANEXO III** contém cópia do parecer do conselho fiscal da Companhia favorável à aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras, o qual também está disponível junto às demonstrações financeiras e nos websites da CVM e da Companhia.

Ademais, o **Anexo IV** contém cópia do Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria da Companhia, contendo o parecer do Comitê de Auditoria favorável à aprovação das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras, o qual também está disponível junto às Demonstrações Financeiras e nos websites da Companhia (<https://ri.reded1000.com.br/>) e da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

Proposta da Administração

A Administração propõe que os acionistas examinem todos os documentos disponibilizados pela Administração e aprovem integralmente as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório Anual da Administração,

do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria.

d1000 Varejo Farma Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ: 12.108.897/0001-50

5.2 Deliberar sobre a destinação dos resultados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

Nos termos do artigo 18, alínea "n" do Estatuto Social da Companhia, cabe ao Conselho de Administração da Companhia apresentar à Assembleia Geral a proposta de destinação dos resultados de cada exercício. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentou Lucro Líquido de R\$ 22,565 milhões.

A Companhia esclarece que, em observância ao artigo 10º, parágrafo único, II, da Resolução 81, a proposta de destinação do resultado do exercício com as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM 81 constam como **ANEXO V** à presente Proposta da Administração, disponível nos websites (<https://ri.reded1000.com.br/>) e da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

Proposta da Administração

Conforme as deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração iniciada em 13 de março de 2026 e finalizada em 16 de março de 2026, o Conselho de Administração da Companhia propõe que o lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 seja absorvido por prejuízos acumulados nos exercícios sociais anteriores.

Caso essa Proposta seja aceita, a linha de prejuízos acumulados das demonstrações financeiras da Companhia passará a ser igual a R\$ 84,727 milhões.

d1000 Varejo Farma Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ: 12.108.897/0001-50

5.3 Fixar o número de membros efetivos do Conselho de Administração e eleger tais membros, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia referente ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2027; e

Nos termos do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo 5 (cinco), e no máximo 7 (sete) membros efetivos e até 7 (sete) suplentes, eleitos por Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição. Adicionalmente, em consonância com o artigo 14, §2º do Estatuto Social, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, dos membros do Conselho de Administração deverão ser conselheiros independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

5.3.1. Fixar o número de membros do Conselho de Administração

Proposta da Administração

Para o próximo mandato de 2 (dois) anos (biênio 2026/2027), a Administração propõe que o Conselho de Administração da Companhia seja composto por 7 (sete) membros efetivos, dos quais 3 (três) serão independentes, não havendo membros suplentes.

5.3.2. Eleger os Membros do Conselho de Administração

O Estatuto Social da Companhia prevê, em seu artigo 14, que compete à assembleia geral eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, estabelecendo a Lei das Sociedades por Ações, como regra, a sua eleição por maioria absoluta de votos (artigo 129 da Lei das Sociedades por Ações).

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a eleição do Conselho de Administração pode ser realizada por votação majoritária (por chapa ou por candidato), votação em separado e/ou por meio do procedimento de voto múltiplo.

Votação Majoritária

Como regra, a eleição dos membros do Conselho de Administração é realizada por votação majoritária, na qual cada ação ordinária confere 1 voto ao seu titular. Tendo em vista que o artigo 129 da Lei das Sociedades por Ações prevê que as deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria absoluta de votos, desconsideradas as abstenções, a eleição dos membros do Conselho de Administração dependerá do voto favorável de mais da metade dos votos válidos dos acionistas presentes que sejam proferidos em tal eleição.

Votação em Separado

Considerando que a Companhia não possui ações preferenciais, terão direito de eleger e destituir um membro do Conselho de Administração, em votação em separado na assembleia geral, excluído o acionista controlador, a maioria dos titulares que detenham pelo menos 10% (dez por cento) do total das ações com direito a voto e que tenham mantido a titularidade ininterrupta da participação

acionária ali exigida durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da assembleia geral, nos termos dos §§ 5º e 6º do art. 141 da Lei das Sociedades por Ações.

Votação por meio do procedimento de Voto Múltiplo

O voto múltiplo se trata de procedimento por meio do qual se atribui a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a preencher no Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

Considerando que o capital social da Companhia no último dia do mês anterior à convocação desta AGO, o percentual mínimo para requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5% (cinco por cento) do capital social e votante, nos termos do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada.

Ainda, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a requisição do voto múltiplo deve ser feita por meio de notificação escrita entregue à Companhia com até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da assembleia geral. Importante notar que, conforme dispõe o §4º do artigo 132 do Código Civil, os prazos fixados em hora são contados de minuto a minuto. Ressalta-se a possibilidade de que o acionista que requerer o voto múltiplo pode retirar o pedido formulado a qualquer tempo, inclusive na própria assembleia geral.

Uma vez recebido o requerimento de voto múltiplo pelo acionista ou conjunto de acionistas representante o percentual de 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto, a Companhia, em conformidade com a legislação aplicável, divulgará um "Aviso aos Acionistas" informando a respeito da realização da eleição dos membros do Conselho de Administração por meio do processo de voto múltiplo, conforme solicitado por acionistas da Companhia.

Cumulação do processo de voto múltiplo com votação em separado

Tanto o voto múltiplo quanto o voto em separado podem ocorrer dentro da mesma assembleia geral. Assim, o acionista deverá escolher se participa de um ou outro processo, e poderá, inclusive, utilizar parte de suas ações para votar por voto múltiplo e parte para votar em votação em separado. Porém, um acionista não pode utilizar uma determinada ação para votar ao mesmo tempo nos dois processos eletivos.

Proposta da Administração

A Administração propõe que a eleição dos membros do Conselho de Administração se dê por meio de votação majoritária, realizada por chapas. Abaixo, segue a proposta da chapa da administração para a reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração.

A Administração indica a seguinte chapa para compor o Conselho de Administração da Companhia:

Conselheiro	Cargo
Fernando Perrone	Presidente e membro independente
Sammy Birmarcker	Vice-presidente
Jonathan Matthew McGowens	Membro Efetivo
Armando Sereno Diógenes Martins	Membro Efetivo
Jandaraci Ferreira de Araujo	Membro Independente
Fernando Luiz dos Santos Gameleira	Membro Independente
Ricardo Figueiredo Bomeny	Membro Independente

Nos termos do Artigo 4º do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia e do Regulamento do Novo Mercado, a Administração esclarece que os Srs. **Ricardo Bomeny, Fernando Gameleira, Jandaraci de Araujo e Fernando Perrone** cumprim os requisitos de independência estabelecidos no artigo 16, §2º, do Regulamento do Novo Mercado, na Política de Indicação da Companhia e no Estatuto Social da Companhia, conforme declarações por eles fornecidas e analisadas pela Administração, visto que não (i) são afins até segundo grau do acionista controlador, de administradores da Companhia ou de administradores do acionista controlador da Companhia; (ii) foram, nos últimos 3 (três) anos, empregados ou diretores de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) têm relações comerciais com a Companhia, com o seu Acionista controlador ou com sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iv) ocupam cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu Acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) recebem outra remuneração da Companhia, de seu Acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do Conselho de Administração ou de comitês da Companhia, de seu Acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da Companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Conforme análise realizada pelo Conselho de Administração, os membros ora indicados, incluindo os membros independentes, atendem aos critérios previstos na Política de Indicação da Companhia, visto que (i) estão alinhados e comprometidos com os valores e a cultura da Companhia; (ii) estão comprometidos com os princípios e demais disposições do Código de Ética da Companhia; e (iii) possuem disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do Conselho de Administração e da leitura da prévia documentação.

A Companhia esclarece que, em observância ao artigo 11 da Resolução CVM 81, as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos ora indicados constam como **ANEXO VI** à presente Proposta da Administração, disponível nos websites da Companhia (ri.reded1000.com.br) e da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

Por fim, a Administração da Companhia esclarece que os candidatos ora indicados: (i) não estão impedidos de assumir os cargos para os quais foram indicados, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934/94, bem como não foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) não estão condenados à pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela CVM, que os torne inelegíveis para o cargo de administração de companhia aberta; (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo artigo 147, §3º da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não têm, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia.

D1000 Varejo Farma Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ: 12.108.897/0001-50

5.4 Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal para o exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2026 e, uma vez instalado, fixar a quantidade de membros do referido órgão;

Conforme previsto no artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, bem como no artigo 4 do Regimento Interno do Conselho Fiscal, o Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Proposta da Administração

A Administração propõe a fixação do número de 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia. A Administração entende que o número de membros é adequado, considerando que atende ao mínimo exigido pela Lei das Sociedades por Ações, bem como pelo Estatuto Social e Regimento Interno do Conselho Fiscal da Companhia, atribuindo, assim, menos custos à Companhia.

5.5 Caso seja aprovada a instalação do Conselho Fiscal, eleger os membros efetivos e suplentes do referido órgão, bem como indicar o seu Presidente;

Caso instalado o Conselho Fiscal, a Administração propõe a eleição dos Conselheiros Fiscais listados abaixo, com mandato até a assembleia geral que deliberará sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, compete à Assembleia Geral eleger e destituir os membros efetivos e suplentes, acionistas ou não, do Conselho Fiscal.

Nos termos do artigo 23, parágrafo primeiro, do Estatuto Social, bem como do artigo 4, parágrafo único, do Regimento Interno do Conselho Fiscal da Companhia, o Presidente do Conselho Fiscal será indicado pelos acionistas na Assembleia Geral que instalar o Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Eleição em Separado

Nos termos do artigo 161, § 4º, alínea "a", da Lei das Sociedades por Ações, é assegurada a eleição em separado de 1 (um) membro titular do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente aos acionistas minoritários que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto. Nesse sentido, o entendimento da CVM, conforme Processo CVM nº RJ2007/11086 é de que o requisito de 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto não se refere ao número de ações que o(s) minoritário(s) presente(s) à Assembleia precisa(m) deter para eleger, em votação em separado, um membro e seu respectivo suplente, mas sim ao número de ações com direito a voto detidas por todos os acionistas não controladores da Companhia.

Dessa forma, considerando que os acionistas minoritários da Companhia preenchem o requisito acima disposto, terão direito de eleger um membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente, em votação em separado na Assembleia, excluído o acionista controlador.

Proposta da Administração

Caso a proposta indicada no item 5.4 seja aprovada, a Administração propõe que o Conselho Fiscal seja composto pelos seguintes membros e respectivos suplentes:

Gilberto Braga, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 04722037-1, inscrito no CPF/MF nº 595.468.247-04, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal; e o seu suplente, o Sr. **João Gilberto Barreiros de Moura Braga**, brasileiro, arquiteto, portador do documento de identidade nº 04722037-1, expedido pelo Instituto Felix Pacheco (IFP), inscrito no CPF/MF nº 114.529.217-84.

Piedade Mota da Fonseca, portuguesa com direitos reconhecidos como cidadã brasileira, casada, auditora, portadora do documento de identidade RG nº 029317526 e inscrita no CPF/MF nº 548.435.537-00, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, e o

seu suplente **Elias de Matos Brito**, brasileiro, divorciado, contador, portador do documento de identidade nº 074.806/O-3, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/MF nº 816.669.777-72.

Ademais, conforme comunicação recebida pela Companhia, a acionista **LIS Capital Gestora de Recursos Ltda.**, inscrita no **CNPJ sob o nº 23.345.332/0001-0**, na qualidade de representante de acionistas minoritários da Companhia, indicou o Sr. **Fabian Bianca de Senço**, como conselheiro fiscal efetivo, e como seu suplente, o Sr. **Murici dos Santos**.

Indicação Minoritário:

Fabian Bianca de Senço, brasileiro, solteiro, analista de ações, portador da cédula de identidade RG nº 38354253-4, inscrito no CPF sob o nº 510.190.498-80, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Periquito, nº 210, apto 91, Bloco A, Vila Nova Uberabinha, CEP 04.514-050, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, e o seu suplente, o Sr. . Murici dos Santos, brasileiro, casado, advogado/consultor, portador do documento de identidade nº 28.202.126-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 248.933.788-21, residente e domiciliado na Rua Sibipiruna, 84, Chácara Bela Vista, na cidade de Mairiporã, Estado de São Paulo, CEP 07609-375.

Caso a Administração da Companhia receba outras indicações de candidatos entre a presente data e a data da realização da AGE, comunicará tempestivamente o mercado e seus acionistas na forma da regulamentação em vigor.

Adicionalmente, a Administração propõe que o Sr. Gilberto Braga, acima qualificado, seja indicado como Presidente do Conselho Fiscal.

A Companhia esclarece que, em observância ao artigo 11 da Resolução CVM 81, as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos ora indicados constam como **ANEXO VI** à presente Proposta da Administração, disponível nos websites da Companhia (ri.reded1000.com.br) e da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

Por fim, a Administração esclarece que os candidatos ora indicados atendem aos requisitos previstos no artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

5.6 Fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026.

Cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, devendo o Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

A Companhia esclarece que, em observância ao artigo 13, incisos I e II, da Resolução CVM 81, o formulário contendo a descrição pormenorizada da proposta de remuneração dos administradores, bem como as informações indicadas na seção 8 do Formulário de Referência da Companhia constam, respectivamente, como **ANEXO VII** e **ANEXO VIII** à presente Proposta da Administração.

Proposta da Administração

A Administração propõe que seja aprovada a proposta de remuneração global anual da Administração para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026, no valor de até **R\$ 10.824.765,41 (dez milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos)**, sem considerar os impactos das contribuições previdenciárias (INSS) suportadas pela Companhia, incidentes sobre as remunerações fixa e variável, e a eventual aprovação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal caso as deliberações previstas nos itens 5.4 e 5.5 sejam aprovadas. Caso referidas deliberações não sejam aprovadas, a remuneração global anual da Administração para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026 será de até **R\$ 10.493.421,71 (dez milhões, quatrocentos e noventa e três mil, quatrocentos e vinte e um reais e setenta e um centavos)**. Adicionalmente, a Administração esclarece que a totalidade deste valor, inclusive em relação aos administradores da Companhia que também pertencem à Administração de subsidiárias ou controladas, será integralmente suportado pela Companhia.

5.7 Caso seja instalado, fixar o montante global anual da remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026.

Caso o Conselho Fiscal seja instalado, caberá à Assembleia Geral fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, devendo o Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição. Conforme artigo 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Proposta da Administração

A Administração propõe que a remuneração de cada membro em exercício do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, seja fixada em 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada Diretor Estatutário da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

d1000 Varejo Farma Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ: 12.108.897/0001-50

ANEXO I

Modelo de Procuração

[ACIONISTA], [Qualificação] (“**Outorgante**”), neste ato nomeia e constitui como seu procurador o(a) Sr(a) [NOME], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], com carteira de identidade nº [_____] e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº [_____] , residente e domiciliado [ENDEREÇO], na Cidade [_____] , Estado [_____] (“**Outorgado**”), ao qual confere poderes para representar o(a) Outorgante na Assembleia Geral Ordinária da **d1000 Varejo Farma Participações S.A.**, sociedade por ações com sede social na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 2.150 – Bloco N, sala 306, Barra da Tijuca, CEP 22775-003, a ser realizada em primeira convocação no dia 29 de abril de 2026, às 14h, e, se necessário, em segunda convocação em data a ser informada oportunamente.

Este instrumento é válido por 1 (um) ano, a partir da data de sua assinatura.

[Local], [Data].

[Acionista]

d1000 Varejo Farma Participações S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ: 12.108.897/0001-50

ANEXO II

Seção 2 do Formulário de Referência

2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações constantes deste item 2 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da d1000 Varejo Farma Participações S.A. ("Companhia" ou "d1000"), disponíveis no *website* da Companhia (<https://ri.reded1000.com.br/>) e no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br/>).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a nossa Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de capital de giro, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto prazo, relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de suas atividades nos próximos doze meses. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional. Em 31 de dezembro de 2025, a nossa Companhia apresentava saldo de empréstimos (circulante e não circulante) de R\$ 107,8 milhões e saldo de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros de R\$ 43,9 milhões, de modo que a Dívida Líquida 1era de R\$ 61,9 milhões.

Ao final do exercício de 2024, a nossa Companhia apresentava saldo de empréstimos (circulante e não circulante) de R\$ 38,9 milhões e saldo de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros de R\$ 57,6 milhões, de modo que a Dívida Líquida era de R\$ 6,06 milhões.

Em 31 de dezembro de 2025, a nossa Companhia possuía Dívida Bruta ²de R\$ 105,8 milhões, representando aumento de R\$ 42,2 milhões ou 66% em relação à Dívida Bruta registrada em 31 de dezembro de 2024, que era de R\$ 63,6 milhões.

Ao fim do exercício de 2025, nosso índice de liquidez corrente (calculado pelo ativo circulante/passivo circulante) foi de 1,08 (1,14 em 31 de dezembro de 2024). A manutenção do nosso índice de liquidez corrente entre 31 de dezembro de 2025 em relação a 31 de dezembro de 2024 decorreu do aumento em contas do ativo (principalmente clientes e outras contas a receber) em contrapartida ao aumento do passivo circulante (principalmente empréstimos).

b. Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Companhia foi de R\$ 919,5 milhões, R\$ 22,8 milhões maior em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, que foi de R\$ 896,7 milhões. O aumento decorre do lucro líquido apurado no exercício de 2025.

¹ A Dívida Líquida da Companhia é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos do passivo circulante e não circulante (incluindo, ainda, mútuos com partes relacionadas do passivo circulante e não circulante) menos caixa e equivalentes de caixa mais o resultado da diferença entre (a) o saldo dos Instrumentos Financeiros registrados no Passivo Circulante e Não Circulante e (b) o saldo dos Instrumentos Financeiros registrados no Ativo Circulante e Não Circulante

² A Dívida Bruta da Companhia é calculada pela soma dos empréstimos e financiamento do passivo circulante e não circulante e dos mútuos com partes relacionadas do passivo circulante e não circulante.

A nossa estrutura de capital apresentou as seguintes características:

Exercício social encerrado em		
<i>R\$ mil</i>	31/12/2025	31/12/2024
Capital de terceiros	1.029.876	937.742
Capital próprio (Patrimônio Líquido)	919.278	896.712

Exercício social encerrado em		
<i>R\$ mil</i>	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos (Passivo Circulante)	55.974	10.663
Empréstimos e Financiamentos (Passivo Não Circulante)	15.130	28.208
Mútuo com Partes Relacionadas (Passivo Não Circulante)	34.724	24.740
Dívida Bruta	105.828	63.611
(+) Caixa e equivalentes de caixa	45.913	57.598
(-) Instrumentos financeiros (saldo dos Instrumentos Financeiros registrados no Passivo Circulante e Não Circulante menos o saldo dos Instrumentos Financeiros registrados no Ativo Circulante e Não Circulante)	2.003	45
Caixa Líquido (Dívida Líquida)	61.918	6.058

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossos Diretores acreditam que possuímos capacidade de pagamento de todos os nossos compromissos financeiros de curto e longo prazo, tendo em vista a geração de caixa operacional, a administração do capital de giro, as necessidades de Capex e o saldo de Aplicações Financeiras disponível. Acompanhamos de perto nosso índice de liquidez geral e, levando em consideração nossa evolução, acreditamos em nossa saúde financeira de longo prazo, cumprindo com todas as obrigações para os próximos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2025 apresentamos índice de liquidez geral (ativo total / passivo total) de 1,9 (2,0 em 31 de dezembro de 2024). A singela redução do nosso índice de liquidez geral no período se deveu principalmente ao aumento dos arrendamentos a pagar em função da abertura de lojas e do aumento do saldo de fornecedores fruto do alongamento de prazo negociado e volume de compras.

Exercício social encerrado em		
<i>R\$ mil</i>	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Total	1.949.154	1.834.454
Passivo Total	1.029.877	937.742
Índice de Liquidez Geral	1,9	2,0

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas

Temos financiado nossas operações, capital de giro e despesas de capital, principalmente com caixa líquido gerado por nossas atividades operacionais (venda de medicamentos, produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos e produtos de conveniência), empréstimos de instituições financeiras e aportes de capital.

No curso ordinário de nossos negócios, nós utilizamos nossa geração de caixa, principalmente, para financiar nossa necessidade de capital de giro, cumprir nossas obrigações (pagamento de dívida), investir em melhorias na nossa operação e abrir novas lojas.

Nossos empréstimos em aberto em 31 de dezembro de 2025 estão detalhados a seguir, no item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Administração não vislumbra necessidade de recursos que não possam ser suportados com os recursos atuais ou futuros dos quais a nossa Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a nossa Companhia pode captar recursos com instituições financeiras.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e suas características.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dos empréstimos e financiamentos (passivo circulante e não circulante) da nossa Companhia era de R\$ 71,1 milhões (R\$ 38,9 milhões em 31 de dezembro de 2024), em moeda nacional e indexados ao CDI. Além disso, ao final do exercício de 2025 havia um saldo de mútuo com partes relacionadas registrado no passivo não circulante no valor de R\$ 34,7 milhões, em moeda nacional e indexado à TR.

O Caixa Líquido / Dívida Líquida da Companhia é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos do passivo circulante e não circulante (incluindo, ainda, mútuos com partes relacionadas do passivo circulante e não circulante) menos caixa e equivalentes de caixa mais o resultado da diferença entre (a) o saldo dos Instrumentos Financeiros registrados no Passivo Circulante e Não Circulante e (b) o saldo dos Instrumentos Financeiros registrados no Ativo Circulante e Não Circulante, e resultou em Dívida Líquida de R\$ 61,92 milhões em 31 de dezembro de 2025 e Dívida Líquida de R\$ 6,06 milhões em 31 de dezembro de 2024.

Composição consolidada dos empréstimos e financiamentos

<i>Em R\$ milhões</i>			Exercício social encerrado em	
Credor	Indexador	Juros	31/12/2025	31/12/2024
Banco Bradesco	CDI	100% do CDI + 2,21% base 360	0	4.965
Banco Safra	CDI	100% do CDI + 2,5 a.a.	7.078	12.705
Banco do Brasil	CDI	100% do CDI + 1,06 a.a. (EUR)	22.294	21.201
Banco Citibank	CDI	100% do CDI + 1,29% base 252 (US\$)	41.732	0
Empréstimos e financiamentos			71.104	38.871

Perfil de amortização do principal de empréstimos e financiamentos – 31/12/2025

<i>Em R\$ milhões</i>				
2026	2027	2028	Após 2028	Total
55.974	15.130	0	0	71.104

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As informações de todos os nossos contratos de empréstimos e financiamentos relevantes estão descritas na tabela acima deste item, 2.1 (f) deste Formulário de Referência, acima.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não existem relações de financiamento de longo prazo entre a nossa Companhia e instituições financeiras, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, além daquelas citadas no item 2.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Na data deste Formulário de Referência, 13% dos empréstimos e financiamentos da Companhia, equivalentes a R\$ 9.201, eram garantidas por recebíveis. As demais obrigações foram classificadas como quirografárias e não há subordinação entre elas. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não estamos sujeitos a *covenants* em contratos de financiamento, como restrição à troca de controle acionário, cross-default

e/ou cross-acceleration atrelados a condições usuais para esse tipo de financiamento.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não possuíamos, em 31 de dezembro de 2025, quaisquer empréstimos e financiamentos com limites de utilização disponíveis para utilização.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e se referem somente aos itens que tiveram alterações significativas em relação às nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Desta forma, apresentamos a seguir as explicações de tais variações ocorridas e ressaltamos que as informações abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis tanto no website da Companhia (<https://ri.reded1000.com.br/>) quanto no *website* da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Receita operacional líquida: A receita é registrada e mensurada obedecendo ao pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

As receitas são fundamentalmente representadas por vendas em balcão à vista e por cartão de débito e crédito para o consumidor final. Os clientes obtêm o controle dos produtos vendidos, substancialmente medicamentos e perfumaria, quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes nas instalações do Grupo (lojas físicas), sendo as faturas emitidas e a receita reconhecida naquele momento. O grupo possui ainda a modalidade e-commerce em que o cliente adquire a mercadoria pelo canal digital e a faturas são emitidas e a receita reconhecida no momento em que o produto sai para entrega ao cliente. Eventuais descontos são concedidos no momento das vendas, e é reconhecido como redutores da receita. Dada a natureza dos produtos vendidos (medicamentos, origem controlada), raramente são aceitas devoluções.

Custo dos Produtos Vendidos: A Companhia utiliza o custo médio de aquisição, deduzido pelo líquido de provisão para perda, quando aplicável, que não excede o valor de mercado (líquido realizável).

Imposto de Renda e Contribuição Social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os impostos diferidos são reconhecidos por prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis mediante os quais possam ser utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base em planos de negócios para entidades individuais. Os impostos diferidos ativos são revisados em cada data de reporte e são reduzidos na medida em que não seja mais provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de futuros lucros tributáveis progride.

Os impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de reporte e reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis mediante os quais possam ser utilizados.

Principais variações nas demonstrações de resultados – exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	2025		2024		2025 x 2024
	R\$ mil	Análise vertical (%)	R\$ mil	Análise vertical (%)	Análise horizontal (%)
Receita operacional líquida	2.666.765	100,00%	2.160.645	100,00%	23,42%
Custos dos produtos vendidos	(1.904.516)	-88,15%	(1.499.005)	-69,38%	27,05%
Lucro Bruto	762.249	35,28%	661.640	30,62%	15,21%
Despesas com vendas	(605.629)	-28,03%	(519.313)	-24,04%	16,62%
Despesas gerais e admin.	(83.511)	-3,87%	(76.035)	-3,52%	9,83%
Outras receitas/(despesas) op	10.785	0,50%	(3.057)	-0,14%	-452,80%
Despesas Operacionais	(678.355)	-31,40%	(598.405)	-27,70%	13,36%
Resultado antes do Resultado Financeiro	83.894	3,88%	63.235	2,93%	32,67%
Receitas financeiras	1.538	0,07%	8.003	0,37%	-80,78%
Despesas financeiras	(65.649)	-3,04%	(42.774)	-1,98%	53,48%
Resultado Financeiro líquido	(64.111)	-2,97%	(34.771)	-1,61%	84,38%
Resultado antes dos Impostos	19.783	0,92%	28.464	1,32%	-30,50%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(13.129)	-0,61%	(13.558)	-0,63%	-3,16%
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido	15.911	0,74%	10.951	0,51%	45,29%
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido sobre o lucro	2.782	0,13%	(2.607)	-0,12%	-206,71%
Resultado do Exercício	22.565	1,04%	25.857	1,20%	-12,73%

Receita operacional líquida

Nossas receitas líquidas totalizaram R\$ 2.666,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, representando aumento de R\$ 506,1 milhões, ou 23,42%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizaram R\$ 2.160,6 milhões. Esse aumento decorreu por conta de diversas iniciativas focadas em aumento de *market share*, bem como no seu projeto de expansão, tendo encerrado o ano de 2025 com 300 lojas, um aumento de 24 lojas em relação ao exercício social de 2024.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo de produtos vendidos totalizou R\$ 1.904,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, representando aumento de R\$ 405,5 milhões, ou 27,05%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$ 1.499,0 milhões. Este aumento decorreu do aumento de vendas mencionado acima.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores discutidos acima, o Lucro Bruto da Companhia totalizou R\$ 762,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, representando aumento de R\$ 100,6 milhões, ou 15,21%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$ 661,6 milhões.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais da Companhia totalizaram R\$ 678,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, representando aumento de R\$ 80,0 milhões, ou 13,36%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$ 598,4 milhões. Esse aumento decorreu, principalmente, do aumento de número de lojas em 2025, quando comparado com 2024.

Resultado antes do Resultado Financeiro

Em razão dos fatores discutidos acima, o Resultado antes do Resultado Financeiro da Companhia totalizou R\$ 83,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de R\$ 20,7 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou R\$ 63,2 milhões.

Resultado Financeiro Líquido

Nosso resultado financeiro foi negativo em R\$ 64,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de R\$ 29,3 milhões quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou um resultado financeiro negativo de R\$ 34,8 milhões, principalmente, em função do financiamento do projeto de expansão e de encargos sobre arrendamento.

Resultado antes dos Impostos

Em razão dos fatores discutidos acima, o Resultado antes dos Impostos da Companhia foi de R\$ 19,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, representando variação de R\$ 8,7 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou resultado de R\$ 28,5 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido sobre o lucro

Nosso imposto de renda e contribuição social teve impacto positivo no resultado de R\$ 2,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, representando redução de R\$ 5,4 milhões, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, quando teve um impacto negativo de R\$ 2,6 milhões. Essa variação decorreu em função do melhor resultado da Companhia.

Resultado do exercício

Nosso lucro foi de R\$ 22,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, representando uma variação negativa de R\$ 3,3 milhões, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, quando totalizou um lucro líquido de R\$ 25,9 milhões. Esse redução decorreu das explicações dos itens acima.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

<i>R\$ mil</i>	2025	2024	2025 x 2024
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	57.598	44.229	30,23%
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	165.212	176.739	-6,52%
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(92.445)	(94.806)	-2,49%
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(84.452)	(68.564)	23,17%
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	(11.685)	13.369	-187,40%
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	45.913	57.598	-20,29%

As disponibilidades de caixa da Companhia no ano de 2025 tiveram redução de R\$ 11,7 milhões, decorrentes da geração de caixa das atividades operacionais de R\$ 165,2 milhões, devidamente descontado pelo consumo de caixa nas atividades de investimento e financiamento, nos valores de – R\$ 92,4 milhões e – R\$ 84,5 milhões, respectivamente.

Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais apresentou fluxo positivo de R\$ 165,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, representando redução de R\$ 11,5 milhões ou 6,52%, se comparado ao fluxo positivo de R\$ 176,7

milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa variação ocorreu em linha com o crescimento do resultado da Companhia.

Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento

O fluxo de caixa das nossas atividades de investimento apresentou consumo de caixa de R\$ 92,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, frente ao consumo de caixa de R\$ 94,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Os investimentos foram destinados principalmente para abertura, reformas e ampliações de lojas.

Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento

O fluxo de caixa das nossas atividades de financiamento apresentou consumo de caixa de R\$ 84,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, frente ao consumo de caixa de R\$ 68,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa variação ocorreu, principalmente, em função de amortização de dívidas da Companhia no período, devidamente descontada pelas novas captações realizadas no período

2.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, nossa receita foi composta, em grande parte, pela venda de medicamentos (marca e genéricos), *over the counter* (OTC), e não medicamentos (perfumaria, produtos de higiene pessoal, cosméticos e dermocosméticos). Durante o último trimestre de 2024, a Companhia reativou a operação na subsidiária Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos ("COF"), com foco na otimização de saldo de impostos a recuperar. Essa operação foi encerrada em novembro de 2025. Tais operações contribuíram no lucro líquido com R\$ 2,4 milhão.

Desenvolvemos nossas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisão.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A atuação da nossa Companhia é voltada à comercialização, no varejo (exceto COF, explicado acima), com abrangência regional, de medicamentos - que engloba medicamentos branded (medicamentos sujeitos à prescrição médica), medicamentos genéricos e medicamentos OTC (over-the-counter), produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos e produtos de conveniência. Assim, nossos resultados operacionais dependem de condições macroeconômicas e sofrem impacto por fatores como:

- **Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores:** Nossa indústria de varejo é sensível a reduções no poder de compra dos consumidores. Indicadores como o PIB, que no ano de 2025 apresentou variação de 2,3%. A taxa média anual de desemprego no Brasil também é um bom indicador macroeconômico que reflete possíveis oscilações de demandas do País.
- **Inflação:** No que tange à receita, em 2025 houve aumento no preço de medicamentos de que variaram de 2.6% até 5.06%, divididos em três níveis de concorrência. Olhando para as despesas, a inflação afeta diretamente salários, contratos de aluguéis e matérias de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. A inflação (IPCA) apresentou variação de 4,26% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Para mais informações sobre os impactos da inflação na nossa receita, vide item 2.2(b) e 2.2(c) deste Formulário de Referência.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

O Preço Fábrica dos Medicamentos é reajustado pelo Governo Federal anualmente no mês de abril, com base no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). O reajuste médio de preços ao consumidor foi de 3,83% no exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2025.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro a Companhia, quando relevante

Visto que todos os nossos passivos e despesas operacionais estão denominados em Reais, o nosso resultado de operações e situação financeira não são diretamente afetados pela variação da taxa de câmbio Real x Dólar.

Estamos sujeitos às leis federais que impõem controle de preços a maioria dos produtos farmacêuticos que vendemos. Os preços que podemos cobrar sobre esses produtos estão sujeitos ao limite reajustado anualmente de acordo com os termos da lei federal para refletir as mudanças da inflação. Esse controle de preço pode afetar a nossa lucratividade. Não é possível prever se o Governo Federal irá impor controles de preço adicionais ou mais restritivos para os produtos farmacêuticos no futuro, o que poderia nos afetar adversamente

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

Não houve práticas contábeis que tem resultado em efeitos significativos sobre as informações da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas no parecer do auditor.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em novembro de 2025, a Companhia encerrou a operação da subsidiária Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos (“COF”), com foco na otimização de saldo de impostos a recuperar. A Companhia não espera efeitos relevantes em razão do referido encerramento.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nenhuma participação societária foi constituída, adquirida ou alienada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

c. eventos ou operações não usuais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram eventos ou operações não usuais.

2.5. Medições não contábeis

A seguir as principais medições não contábeis utilizadas por nossa Companhia:

a. valor das medições não contábeis

EBITDA e EBITDA ex IFRS

O EBITDA, sigla em inglês para *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (em português: LAJIDA – lucro antes dos juros, impostos sobre a renda, incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização) é uma medição não contábil elaborada por nossa Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022. Consiste no lucro ou prejuízo líquido do exercício ou período em questão acrescidos pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e pelas despesas de depreciação e amortização. A Companhia também divulga o EBITDA ex IFRS 16 que é o resultado do EBITDA excluído o impacto do IFRS 16.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o EBITDA foi de R\$ 218,6 milhões e R\$ 180,9 milhões, respectivamente.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, o EBITDA ex IFRS foi de R\$ 100,6 milhões ante R\$ 81,8 milhões em 31 de dezembro de 2024.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A nossa Companhia calcula a medição não contábil de EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado para possibilitar uma comparação adequada entre os exercícios sociais. Nós calculamos o EBITDA Ajustado a partir do EBITDA, como definido acima, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e foi efetuado o ajuste de arrendamento, impactado pela entrada em vigor do IFRS16 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Além disso, no exercício social de 2025 a Companhia realizou ajustes referente aos resultados do COF. Para mais informações a respeito do COF, consultar o item 2.2.

Considerando o ajuste anteriormente descrito no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o nosso EBITDA Ajustado e a nossa Margem EBITDA Ajustado foram de R\$ 103,3 milhões 4,0%, respectivamente .

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A nossa Dívida Bruta corresponde aos nossos empréstimos e financiamentos registrados no nosso passivo circulante e não circulante somado aos mútuos com partes relacionadas do passivo circulante e não circulante. Em 31 de dezembro de 2025, nossa Dívida Bruta totalizou R\$ 107,8 milhões (R\$ 63,6 milhões em 31 de dezembro de 2024).

Nossa Dívida Líquida é calculado pela soma dos nossos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante (incluindo, ainda, mútuos com partes relacionadas do passivo circulante e não circulante), menos caixa e equivalentes de caixa mais o resultado da diferença entre (a) o saldo dos Instrumentos Financeiros registrados no Passivo Circulante e Não Circulante e (b) o saldo dos Instrumentos Financeiros registrados no Ativo Circulante e Não Circulante, e totalizou R\$ 61,9 milhões em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 6,1 milhões em 31 de dezembro de 2024.

Dívida Líquida/EBITDA Ajustado

Utilizamos o índice “Dívida Líquida/EBITDA Ajustado como forma de calcular nosso potencial de honrar nossas obrigações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, a nossa Dívida Líquida/EBITDA Ajustado foi de 0,62x.

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras

Conciliação entre o EBITDA, o EBITDA Ajustado e o lucro (prejuízo) líquido

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R\$ mil)	2025	2024
Lucro/Prejuízo	22.627	25.857

Imposto de renda e contribuição social	(2.830)	(2.607)
Resultado financeiro líquido	64.059	34.771
Despesas de Depreciação e Amortização	134.751	117.646
EBITDA	218.607	180.881
Arrendamento ⁽¹⁾ e ajustes COF	(115.345)	(98.652)
EBITDA Ajustado	103.262	82.229
Receita operacional bruta	2.591.881	2.206.300
Margem EBITDA Ajustado	4,0%	3,7%
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	0,6 x	0,1 x

(1) Ajuste para fins de comparação em função da aplicação da Norma CPC06(R2) IFRS16 em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019.

c. Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA, o EBITDA LTM, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado LTM são utilizados como medidas de desempenho operacional adotadas por nossa administração, pois acredita-se que é uma medida adequada para aferir o desempenho operacional da Companhia. Acreditamos que o EBITDA, o EBITDA LTM, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado LTM funcionam como ferramentas comparativas significativas para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional e para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Por conta disso, esses índices são utilizados também como meta da Companhia.

Além disso, alguns investidores, agências de “rating” e analistas financeiros os utilizam como um indicador de nosso desempenho operacional e financeiro. Adicionalmente, utilizamos o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado por entendermos que os ajustes destas medições propiciam uma melhor compreensão da evolução de nosso resultado durante os dois últimos exercícios sociais.

O EBITDA, o EBITDA LTM, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado LTM, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standard* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). O EBITDA, o EBITDA LTM, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado LTM, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não devem ser considerados isoladamente ou como substitutos do resultado líquido ou o resultado operacional, não mede o fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida de nossa Companhia, mas funcionam como indicadores de desempenho econômico geral, que não são afetados por flutuações de taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e contribuição social, ou dos níveis de despesas de depreciação e amortização. O EBITDA, o EBITDA LTM, o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado LTM, a Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em função de desconsiderar as despesas de depreciação e amortização, receitas e despesas financeiras, impostos e despesas e receitas que afetaram pontualmente nossos negócios, que, por sua vez, afetam nossos lucros. O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis ao EBITDA, EBITDA Ajustado, à Margem EBITDA e à Margem EBITDA Ajustado divulgados por outras sociedades.

Bruta e Dívida Líquida ou Caixa Líquido

Acreditamos que o cálculo da Dívida Líquida / Caixa Líquido é uma medida que é amplamente utilizada no mercado financeiro e fornece informações importantes sobre o nosso endividamento financeiro. Entendemos que a medição da Dívida Líquida/ Caixa Líquido é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional da nossa Companhia. Não existe uma definição padrão para medir a Dívida Líquida / Caixa Líquido e a nossa definição pode ser diferente do que é utilizado por outras companhias. A Dívida não é uma medida de endividamento de acordo com o BR GAAP ou IFRS, ou uma

medida de nosso fluxo de caixa, liquidez e recursos disponíveis para atender a nossa dívida.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não houve eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Nos termos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e o Estatuto Social de nossa Companhia, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores (se houver) e de qualquer provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Do lucro líquido do exercício, 5% serão destinados para a constituição da Reserva Legal até o limite legal aplicável. Após a constituição da Reserva Legal, o lucro que remanescer, ajustado pela constituição de reserva para contingências e a respectiva reversão, se for o caso, será distribuído na seguinte ordem: (i) 25%, no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas (o qual poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar); e (ii) uma parcela, não inferior a 30% do lucro líquido remanescente, para a constituição de Reserva para Investimentos, reserva estatutária, cuja finalidade é financiar a expansão das nossas atividades e/ou das atividades de nossas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. O montante acumulado a título de Reserva para Investimentos não poderá exceder a 80% do nosso capital social subscrito. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.

No exercício vigente e no exercício anterior, o lucro líquido gerado pela Companhia foi absorvido pelos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, não havendo dividendo distribuído.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia, pelo menos 25% do lucro líquido ajustado (lucro líquido após a retenção mínima obrigatória e eventuais retenções adicionais) para a distribuição de remuneração aos acionistas na forma de dividendos, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. Por proposta da nossa Diretoria, aprovada pelo nosso Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, poderemos pagar ou creditar juros aos nossos acionistas, a título de remuneração do capital próprio. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto em nosso Estatuto Social, sendo assegurado aos acionistas o pagamento do eventual saldo remanescente. O pagamento efetivo dos juros sobre capital próprio dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte. Nosso Estatuto Social também autoriza a distribuição o levantamento de balanços semestrais, trimestrais ou em prazos menores, podendo ser declarados dividendos intercalares com base nesses balanços, por decisão do nosso Conselho de Administração *ad referendum* da Assembleia Geral.

No exercício vigente e no exercício anterior, o lucro líquido gerado pela Companhia foi absorvido pelos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, não havendo dividendo distribuído.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia a distribuição de dividendos, quando aplicável, conforme exposto nos itens "a" e "b" acima, é realizada anualmente. Podemos, no entanto, mediante deliberação do nosso Conselho de Administração (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

No exercício vigente e no exercício anterior, o lucro líquido gerado pela Companhia foi absorvido pelos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, não havendo dividendo distribuído.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Em 31 de dezembro de 2025, não possuíamos restrições à distribuição de dividendos, exceto pelo disposto: (i) na Lei das Sociedades por Ações, e (ii) em nosso Estatuto Social.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Destinação de Resultados, a qual foi aprovada pelo seu Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de junho de 2021 e está disponível para consulta no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.reded1000.com.br/>) e no website da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iii. contratos de construção não terminada

Não possuímos informações ou itens relevantes que não estejam evidenciadas nas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não possuímos informações ou itens relevantes que não estejam evidenciadas nas demonstrações financeiras.

2.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que nossas demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes de nossas operações, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

2.10. Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O nosso plano de negócios que se encontra descrito abaixo está baseado majoritariamente na geração de caixa proveniente da operação da Companhia. Parte de nossos investimentos futuros é dedicado majoritariamente à abertura de novas lojas, tendo sido inauguradas 40 lojas em 2024, 32 lojas em 2025 e mais 40 lojas previstas para 2026, mas também à reforma e incremento da área de vendas de parte das lojas já existentes, sendo 11 lojas em 2024, 10 lojas em 2025 e a previsão para 2026 é de 10 lojas.

Conforme Fatos Relevantes divulgados pela Companhia e em linha com as informações do parágrafo acima, informamos ainda que a Companhia espera inaugurar de 190 a 210 lojas até 31 de dezembro de 2028, apesar de não haver uma calendarização da quantidade de lojas que serão inauguradas em cada ano, de 2026 até 2028. Pretendemos executar o plano de expansão e inaugurar novas lojas em cidades onde estamos presentes, aumentando participação nas mesmas. Sendo assim, buscamos antecipadamente mapear locais que preenchem os nossos requisitos para a abertura de lojas das nossas bandeiras.

Além dos investimentos em novas lojas e reformas, pretendemos continuar investindo em projetos, tecnologias e infraestruturas que suportem a estrutura atual e a estratégia de crescimento. Para informações sobre nossas projeções, vide Seção 3 deste Formulário de Referência e Fatos Relevantes divulgados pela Companhia.

ii. fontes de Financiamento dos investimentos

Os Diretores da nossa Companhia afirmaram que as principais fontes de financiamento utilizadas para os investimentos realizados até o momento foram o caixa gerado por nossas operações e os recursos captados perante instituições financeiras. A partir de agora, a geração de caixa suportará majoritariamente as novas ações de aberturas de lojas e reformas, em linha com os nossos investimentos previstos no item "i".

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os Diretores da nossa Companhia informaram que até o momento não há desinvestimentos em andamento ou previstos, restando a possibilidade de encerramento de lojas eventualmente, caso não apresentem o desempenho esperado para o portfólio da Companhia.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Os Diretores da nossa Companhia informaram que não há aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. *descrição das pesquisas em andamento já divulgadas*

ii. *montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

iii. *projetos em desenvolvimento já divulgados*

iv. *montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Os Diretores esclarecem que a nossa Companhia não possui novos produtos.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Em 2025, a Rede d1000 avançou com consistência e inovação em sua agenda ESG, fortalecida pela integração estratégica da área de Compliance à Diretoria de ESG, ampliando significativamente o peso da governança corporativa na Companhia.

Acreditamos que a sustentabilidade é fundamental para a geração de valor no longo prazo, e nossos avanços demonstram nossa busca constante por melhores práticas e transparência.

PILAR AMBIENTAL

Combate às Mudanças Climáticas:

Em 2025, a Companhia alcançou um marco importante em sua agenda climática ao ampliar para 83% o uso de energia renovável nas lojas da Rede d1000, reforçando sua estratégia de transição para uma matriz energética mais limpa e eficiente. Esse avanço reflete o compromisso da Companhia em reduzir suas emissões de Escopo 2 e fortalecer a resiliência operacional, ao mesmo tempo em que contribui para uma operação mais sustentável e alinhada às melhores práticas ambientais do setor.

Nos últimos três anos, por meio do Projeto de Caixas Plásticas Retornáveis da Rede d1000, eliminamos o uso de aproximadamente 10 milhões de caixas de papelão, o que representa a preservação de mais de 9 mil árvores no período. Além disso, em 2025 evitamos a impressão de 150 mil encartes mensais, iniciativa que por si só contribuiu para a preservação de cerca de 2.520 árvores por ano, reforçando nosso compromisso com a redução de resíduos, a otimização de recursos e a proteção das florestas.

PILAR SOCIAL

Ação Social Instituto Profarma:

Em 2025, o Instituto Profarma manteve uma agenda consistente de ações sociais, com impacto direto em mais de 318 mil pessoas ao longo do ano. No acumulado dos últimos três anos, as ações do Instituto impactaram mais de 1 milhão de pessoas, reforçando o compromisso da Companhia com uma atuação social consistente e de longo prazo, sustentada tanto pelo engajamento de colaboradores e parceiros quanto pela destinação de parte do lucro líquido ao Instituto. O ano também marcou a concretização de um objetivo estratégico: a implementação do JBP Social e o lançamento do Impacto 360°, iniciativa que aproximou ainda mais o Instituto de parceiros e marcas e potencializou nossa capacidade de mobilização e doação. Como resultado, viabilizamos um retorno superior a R\$ 2,5 milhões em doações de produtos e patrocínios para as ações do Instituto e doamos mais de 100 mil itens de higiene e beleza, promovendo a dignidade e bem-estar para milhares de pessoas.

PILAR GOVERNANÇA:

Realizamos um diagnóstico abrangente de aderência aos padrões IFRS S1 e IFRS S2, identificando oportunidades de aprimoramento e estruturando processos robustos para garantir conformidade com as exigências globais de reporte de sustentabilidade. Acompanhando a expansão do uso de inteligência artificial na Companhia, desenvolvemos um sistema interno inovador para coleta e estruturação de dados ESG, elevando a precisão, organização e confiabilidade das informações reportadas.

Essas iniciativas demonstram nossa dedicação em integrar de forma estratégica os pilares Ambiental, Social e de Governança, consolidando uma gestão sustentável e resiliente que agrega valor a longo prazo para investidores e *stakeholders*.

2.11 – Outros fatores com influência relevante

Os Diretores esclarecem que a nossa Companhia não possui outros fatores com influência relevante.

d1000 Varejo Farma Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ: 12.108.897/0001-50

ANEXO III**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O **CONSELHO FISCAL** da **d1000 Varejo Farma Participações S.A.**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/1976, examinou o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras, a proposta para a destinação do resultado, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representante da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., que expressa uma opinião sem ressalvas, datado de 16 de março de 2026, o **CONSELHO FISCAL** registra que não teve conhecimento de nenhum fato ou indícios de fraude ou erros que levassem a acreditar que as demonstrações contábeis mencionadas não reflitam em todos os aspectos relevantes as informações nelas contidas e, por unanimidade, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados para deliberação e aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2026.

Conselheiros Fiscais:

Gilberto Braga

Presidente do Conselho Fiscal

Piedade Mota da Fonseca

Membro do Conselho Fiscal

Fabian Senço

Membro do Conselho Fiscal

d1000 Varejo Farma Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ: 12.108.897/0001-50

ANEXO IV**Relatório resumido das atividades do Comitê de Auditoria para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025****1. Histórico e Composição**

O Comitê de Auditoria da d1000 Varejo Farma Participações S.A. ("Companhia") foi criado e instalado em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de março de 2020 ("Comitê").

O Comitê é disciplinado pelo seu Regimento Interno, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de março de 2020 e alterado em 09 de maio de 2022, que prevê o seu funcionamento, em consonância com as disposições contidas no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado") e na legislação em vigor ("Regimento Interno").

O Comitê é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria. Dentre suas demais atribuições, deverá avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras.

O Comitê é composto por 3 (três) membros, sendo: (i) Fernando Perrone, coordenador e membro independente do Conselho de Administração; (ii) Pedro Jaime Cervatti, membro independente com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária; e (iii) Fernando Gameleira, membro independente do Conselho de Administração. Todos os membros do Comitê são considerados independentes de acordo com o conceito do Regulamento do Novo Mercado.

Compete ao Comitê de Auditoria assegurar a operacionalização dos processos e gestão de auditoria interna e externa, dos mecanismos e controles relacionados ao gerenciamento de riscos, a coerência das políticas financeiras com as diretrizes estratégicas e o perfil de risco do negócio, bem como zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, fazendo recomendações à Administração quanto à aprovação dos relatórios financeiros e de eventuais ações visando melhorias dos controles internos e a redução de riscos.

Compete, ainda, ao Comitê de Auditoria as seguintes atribuições: (a) analisar, ao menos anualmente, os termos do Contrato de Fornecimento e do Contrato de Compartilhamento de Custos para entender se os mencionados instrumentos permanecem observando os termos da Política de Transações com Partes Relacionadas; e (b) Apreciação prévia ao Conselho de Administração de transações que envolvam um valor total superior ao que for menor entre (i) R\$ 50.000.000,00 ou (ii) 1% do ativo total da Companhia, em uma única transação ou em uma série de transações relacionadas realizadas dentro de um período de 12 meses.

2. Atividades do Comitê no período

Nos termos do art. 10 do Regimento Interno, o Comitê de Auditoria reunir-se-á sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o Comitê realizou 8 (oito) reuniões. Seguem abaixo os principais temas debatidos:

- Revisão das demonstrações financeiras da Companhia, do relatório da administração e dos releases trimestrais e anual, além da realização de reuniões com a Administração e com os Auditores Independentes previamente à divulgação dessas informações.
- Recomendação ao Conselho de Administração para aprovação das contas do exercício encerrado em

- 31 de dezembro de 2024, bem como das informações trimestrais referentes ao exercício de 2025.
- Reuniões com a EY Auditores Independentes para apresentação do plano de auditoria de 2025 e monitoramento do andamento dos trabalhos trimestrais e anual.
 - Aprovação do plano anual da Auditoria Interna e acompanhamento da execução dos trabalhos previstos para 2025.
 - Acompanhamento da implementação dos planos de ação decorrentes das recomendações da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, com base no relatório do exercício de 2024 sobre deficiências e oportunidades de melhoria nos controles internos.
 - Análise das respostas da Administração ao Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa e conhecimento dos principais pontos de aprimoramento reportados ao regulador.
 - Acompanhamento das transações e contratações relevantes com partes relacionadas,
 - Recomendação ao Conselho de Administração da aprovação do 5º aditivo ao contrato de fornecimento e o 1º Aditivo ao Contrato de Rateio, ambos firmados entre a Profarma (controladora) e a Companhia.
 - Acompanhamento, por meio de apresentações da área de Gerenciamento de Riscos, dos principais riscos priorizados para revisão no exercício de 2025.
 - Acompanhamento dos indicadores e ocorrências reportados pelo Canal de Denúncias.
 - Acompanhamento das iniciativas e status das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance.
 - Ciência das principais contingências judiciais, trabalhistas e administrativas em andamento, bem como das provisões constituídas, quando aplicável.
 - Ciência do plano de expansão da Companhia, incluindo abertura de novas lojas e aquisição de pontos comerciais ao longo do exercício.
 - Conhecimento da proposta apresentada pela B3 referente às alterações no Regulamento do Novo Mercado.
 - Conhecimento dos trabalhos em desenvolvimento na área de Segurança da Informação.
 - Conhecimento das iniciativas de ESG da Companhia e do Grupo, bem como do relatório de sustentabilidade da Companhia.
 - Realização da avaliação anual do Comitê de Auditoria.
 - Recomendação ao Conselho de Administração para aprovação do novo Código de Ética da Companhia.
 - Recomendação ao Conselho de Administração para aprovação da nova Matriz de Riscos da Companhia.
 - Recomendação ao Conselho de Administração para aprovação do Plano de Auditoria da Companhia para 2026.
 - Recomendação ao Conselho de Administração para definição do orçamento do Comitê de Auditoria para 2026.
 - Aprovação do temário do Comitê de Auditoria para o exercício de 2026.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2026.

Membros

Fernando Perrone

Coordenador do Comitê de Auditoria

Fernando Gameleira

Membro do Comitê de Auditoria

Pedro Jaime Cervatti

Membro do Comitê de Auditoria

d1000 Varejo Farma Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ: 12.108.897/0001-50

ANEXO V

Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício

Conforme Anexo A à Resolução CVM 81

1. Informar o lucro líquido do exercício

O Lucro Líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$ 22,565 milhões.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável, visto que o montante do lucro líquido será absorvido pelos prejuízos acumulados de exercícios anteriores. Adicionalmente, não houve dividendos antecipados ou juros sobre o capital próprio já declarados.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não aplicável, visto que o montante do lucro líquido será absorvido pelos prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. **O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

b. **A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

c. **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Não aplicável, tendo em vista que não há valor a ser pago a título de dividendos ou juros sobre capital próprio após a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2026.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b. **Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. **Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

	31 de dezembro de			
	2025	2024	2023	2022
	Em R\$ milhões			
Lucro Líquido	22,565	25,857	21,362	11,355

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Não houve nos 3 (três) exercícios anteriores distribuição de dividendos ou declaração e distribuição de juros sobre capital próprio.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não aplicável, visto que o montante do lucro líquido será absorvido pelos prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não aplicável, visto que o montante do lucro líquido será absorvido pelos prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável, visto que a Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Nos termos do artigo 29, Parágrafo Terceiro, do Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingência e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não aplicável, visto que o montante do lucro líquido será absorvido pelos prejuízos acumulados de exercícios anteriores. Portanto, não há dividendo passível de distribuição.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável, visto que o montante do lucro líquido será absorvido pelos prejuízos acumulados de exercícios anteriores. Portanto, não há dividendo passível de distribuição.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. **Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

c. **Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável, tendo em vista que não foi proposta retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. **Identificar o montante destinado à reserva**

b. **Identificar a perda considerada provável e sua causa**

c. **Explicar por que a perda foi considerada provável**

d. **Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável, tendo em vista que não foi proposta destinação do resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. **Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

b. **Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável, tendo em vista que não foi proposta destinação do resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. **Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

b. **Identificar o montante destinado à reserva**

c. **Descrever como o montante foi calculado**

Não aplicável, tendo em vista que não foi proposta a destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. **Identificar o montante da retenção**

b. **Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável, tendo em vista que não foi proposta retenção de lucros com base em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. **Informar o montante destinado à reserva**

b. **Explicar a natureza da destinação**

Não aplicável, tendo em vista que não foi proposta destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

d1000 Varejo Farma Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ: 12.108.897/0001-50

ANEXO VI

Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência relacionados aos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração e Comitês

Conforme Anexo C da Resolução CVM 80

[segue na página seguinte]

7.3/7.4 Composição da Administração, Conselhos e Comitês

Conselho de Administração

Pessoa			
Nome	Sammy Birmarcker	CPF	810.719.737-20
Data de nascimento	23/09/1968	Profissão	Empresário
Experiência/Critérios de Independência	<p>Formado em economia pela Faculdade Cândido Mendes, em 1991. Também possui diplomas de MBA pela COPPEAD e pelo IBMEC, conferidos em 1995 e 2001, respectivamente.</p> <p>Foi Presidente do Conselho de Administração da Companhia até abril de 2014 quando passou a ocupar a Vice-Presidência do Conselho de Administração. Ingressou na Companhia em 1986 como diretor responsável pelas áreas de logística, compra e vendas de produtos, e marketing. Atualmente é o Diretor Presidente da Companhia. Não ocupa atualmente e nunca ocupou anteriormente outros cargos de administração em companhias abertas no Brasil.</p> <p>Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.</p>		
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês			
Pertence a administração ou aos Comitês	Administração	Órgão Administração/Tipo Comitê	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função			
Data da eleição	29/04/2026	Data de posse	Prazo do mandato
Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)	2 anos (Até a AGO de 2028)
			03/03/2020
Condenações			
Tipo de condenação	N/A	Descrição da condenação	N/A

Pessoa			
Nome	Fernando Perrone	CPF	181.062.347-20
Data de nascimento	06/05/1947	Profissão	Advogado
Experiência/Critérios de Independência	<p>O Sr. Fernando Perrone integrou conselhos de empresas e instituições como, entre outras: conselho de administração da Energia Sustentável do Brasil; Profarma; FTL – Ferrovia Transnordestina Logística; TLSA – Transnordestina Logística; Aeroporto Internacional de Cabo Frio; João Fortes Engenharia; Companhia Siderúrgica Nacional, onde também integrou o comitê de auditoria. Conselho consultivo da Fundação Getúlio Vargas e do Grupo Metalnave. Conselho empresarial de governança corporativa da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Conselho de estratégia da Associação Brasileira da Infraestrutura e das Indústrias de Base. Conselho deliberativo da ONIP – Organização Nacional da Indústria do Petróleo. Conselho de infraestrutura e meio ambiente da FIESP.</p> <p>Como executivo ocupou entre outras posições a presidência da Infraero, as diretorias de infraestrutura e de administração do BNDES, a superintendência da área de desestatização do BNDES, a diretoria do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, a presidência do Banco do Estado da Paraíba.</p> <p>O Sr. Fernando Perrone é membro independente do Conselho de Administração de nossa Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.</p> <p>Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou</p>		

				comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês							
Pertence a administração ou aos Comitês		Administração		Órgão Administração/Tipo Comitê		Pertence apenas ao Conselho de Administração	
Cargo eletivo ocupado		Presidente do Conselho de Administração Independente		Tipo de Comitê de Auditoria		Não aplicável	
Descrição de outro cargo/função							
Data da eleição		29/04/2026		Data de posse		Prazo do mandato	
						2 anos (Até a AGO de 2028)	
Foi eleito pelo controlador?		Sim		Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		03/03/2020	
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês							
Pertence a administração ou aos Comitês		Comitê		Órgão Administração/Tipo Comitê		Comitê de Auditoria	
Cargo eletivo ocupado		Presidente do Comitê		Tipo de Comitê de Auditoria		Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	
Descrição de outro cargo/função							
Data da eleição		06/05/2024		Data de posse		Prazo do mandato	
				06/05/2024		06/05/2026	
Foi eleito pelo controlador?		Sim		Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		23/10/2020	
Condenações							
Tipo de condenação		N/A		Descrição da condenação		N/A	

Pessoa							
Nome		Armando Sereno Diógenes Martins		CPF		818.876.717-49	
Data de nascimento		05/02/1966		Profissão		Engenheiro de telecomunicações	
Experiência/Critérios de Independência		<p>Formado em engenharia de telecomunicações pelo Instituto Militar de Engenharia e pós-graduado pela Universidade de Nova York. De 1989 até 1991, foi consultor da Accenture (Andersen Consulting) no setor de instituições financeiras. O Sr. Sereno foi também diretor de desenvolvimento de negócios do Grupo Arbi. De 1994 até 1998, o Sr. Sereno atuou como diretor sênior do Banco de Investimentos Garantia. Por aproximadamente 5 anos, foi diretor da área de banco de investimento do Credit Suisse First Boston – CSFB no Brasil. Desde 2003, é sócio fundador da Singular Assessoria Financeira Ltda.</p> <p>Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.</p>					
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês							
Pertence a administração ou aos Comitês		Administração		Órgão Administração/Tipo Comitê		Pertence apenas ao Conselho de Administração	
Cargo eletivo ocupado		Conselho de Administração (Efetivo)		Tipo de Comitê de Auditoria		Não aplicável	
Descrição de outro cargo/função							
Data da eleição		29/04/2026		Data de posse		Prazo do mandato	
						2 anos (Até a AGO de 2028)	
Foi eleito pelo controlador?		Sim		Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		03/03/2020	
Condenações							
Tipo de condenação		N/A		Descrição da condenação		N/A	

Pessoa							
Nome		Jonathan Matthew McGowens		CPF		Passaporte: A35318024	
Data de nascimento		03/01/1980		Profissão		Executivo	

Experiência/Critérios de Independência		<p>O Sr. Jonathan Matthew McGowens possui diploma de bacharel em Economia Empresarial pela Brown University (Providence, EUA) e mestrado em Administração de Empresas pela London Business School (Londres, Reino Unido). Atualmente, ele ocupa o cargo de Vice-Presidente Sênior de Estratégia Global e Entrega de Fusões e Aquisições na Cencora, uma distribuidora farmacêutica global. Antes de ingressar na Cencora, trabalhou em hospitais ao redor do mundo, incluindo nos Estados Unidos e nos Emirados Árabes Unidos.</p> <p>Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.</p>			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Administração		Órgão Administração/Tipo Comitê	Pertence apenas ao Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado		Conselho de Administração (Efetivo)		Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função					
Data da eleição	29/04/2026	Data de posse	19/05/2025	Prazo do mandato	2 anos (Até a AGO de 2028)
Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		19/05/2025	
Condenações					
Tipo de condenação		N/A		Descrição da condenação	N/A

Pessoa					
Nome		Ricardo Figueiredo Bomeny		CPF	008.979.327-73
Data de nascimento		05/11/1969		Profissão	Administrador de empresas
Experiência/Critérios de Independência		<p>O Sr. Ricardo Bomeny é formado em Administração de Empresas pela Faculdade Cândido Mendes - IAG e possui diploma de pós-graduação em Marketing pela Pontifícia Universidade Católica e de MBA em Finanças Corporativas e Varejo pela IBMEC. Ao longo de seus mais de 29 anos de carreira, desempenhou diversas funções em empresas de Food Service em várias regiões do Brasil e no exterior. Desde 2002, o Sr. Ricardo é o CEO da Brazil Fast Food Corp - BFFC, holding em que controla as marcas Bob's, Yoggi e franquias do KFC e Pizza Hut em São Paulo e no Rio de Janeiro. Adicionalmente, o Sr. Ricardo é membro do Instituto para Desenvolvimento do Varejo - IDV e membro do Conselho de Administração da Fundação Coca-Cola e da Casa do Construtor.</p> <p>O Sr. Ricardo Bomeny é membro independente do Conselho de Administração de nossa Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.</p> <p>Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.</p>			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês					
Pertence a administração ou aos Comitês		Administração		Órgão Administração/Tipo Comitê	Pertence apenas ao Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado		Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função					
Data da eleição	29/04/2026	Data de posse		Prazo do mandato	2 anos (Até a AGO de 2028)
Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)		15/07/2020	
Condenações					

Tipo de condenação	N/A	Descrição da condenação	N/A
--------------------	-----	-------------------------	-----

Pessoa

Nome	Fernando Luiz dos Santos Gameleira	CPF	810.808.677-91
Data de nascimento	21/10/1964	Profissão	Analista de Sistemas
Experiência/Critérios de Independência	<p>O Sr. Fernando Gameleira é formado em Análise de Sistemas pela Universidade Estácio de Sá, com cursos de aperfeiçoamento no exterior. O Sr. Fernando atua há mais de 25 anos no varejo farmacêutico. Dentre suas experiências, trabalhou na IBM Brasil como gerente de projetos em 1990, foi Diretor da Rede Drogasmil em 1995, tendo sob sua responsabilidade as áreas de tecnologia, gestão de estoque e planejamento tributário e foi diretor da Rede de Drogarias Tamoio em 2008. O Sr. Fernando também prestou serviços de consultoria, em parceria com a Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A., para mais de 40 redes de farmácias no Brasil, apresentando técnicas e metodologias para gestão no varejo. Adicionalmente, o Sr. Fernando também é sócio majoritário da FG Consultoria Ltda., que atua com foco em gestão no varejo.</p> <p>O Sr. Fernando Gameleira é membro independente do Conselho de Administração de nossa Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.</p> <p>Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.</p>		

Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês

Pertence a administração ou aos Comitês	Administração	Órgão Administração/Tipo Comitê	Pertence apenas ao Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função			
Data da eleição	29/04/2026	Data de posse	Prazo do mandato
Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)	15/07/2020

Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês

Pertence a administração ou aos Comitês	Comitê	Órgão Administração/Tipo Comitê	Comitê de Auditoria
Cargo eletivo ocupado	Membro do Comitê (Efetivo)	Tipo de Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21
Descrição de outro cargo/função			
Data da eleição	06/05/2024	Data de posse	06/05/2024
Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)	09/05/2022

Condenações

Tipo de condenação	N/A	Descrição da condenação	N/A
--------------------	-----	-------------------------	-----

Pessoa

Nome	Jandaraci Ferreira de Araujo	CPF	730.397.645-00
Data de nascimento	05/01/1973	Profissão	Administradora
Experiência/Critérios de Independência	<p>Graduada em Marketing pelo Centro Universitário da Cidade do Rio de Janeiro em 2003, possui diplomas de MBA executivo em Administração pela Business School São Paulo e pela Fundação Dom Cabral, nos anos de 2006 e 2019, respectivamente. Além disso, possui MBA em Finanças, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas conferido no ano de 2013. Foi Diretoria Financeira da 99 Jobs.com, startup que fornece uma plataforma de relacionamento com o trabalho (janeiro de 2022 a janeiro 2023). Head de Desenvolvimento Sustentável & Programas Sociais (entre novembro de 2020 e dezembro de 2021) do Santander Brasil. Subsecretária de Empreendedorismo, Micro, Pequenas e Médias Empresas (entre fevereiro de 2019 e outubro de 2020) do Governo de São Paulo. Diretora Executiva (entre fevereiro de 2019 e outubro de 2020) do Banco Do Povo</p>		

<p>Paulista. Sócia Fundadora e Diretora Administrativa Financeira (entre julho de 2015 e janeiro de 2019) da BP9 Comércio e Representações Ltda, empresa de varejo digital B2B. Membro do Conselho da Junta Comercial de São Paulo. Membro do conselho consultivo do CIEE-SP (Centro de Integração Empresa-Escola), associação civil de direito privado, sem fins lucrativos (entre janeiro de 2021 e fevereiro de 2022). Membro do Conselho de Administração (desde abril 2021) da Kunumi S.A., empresa de software. Sócia Fundadora e Diretora Administrativa da Mefah Negócios Ltda. (desde janeiro de 2023). É membro suplente do Conselho Fiscal da Vale S.A. desde abril de 2022.</p> <p>Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerada uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.</p>			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês			
Pertence a administração ou aos Comitês	Administração		Órgão Administração/Tipo Comitê
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		Pertence apenas ao Conselho de Administração
			Tipo de Comitê de Auditoria
			Não aplicável
Descrição de outro cargo/função			
Data da eleição	29/04/2026	Data de posse	Prazo do mandato
			Até a AGO de 2028
Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)	N/A
Condenações			
Tipo de condenação	N/A	Descrição da condenação	N/A

Conselho Fiscal

Pessoa			
Nome	Pedro Jaime Cervatti		CPF
			655.644.058-20
Data de nascimento	20/12/1953		Profissão
			Contador
Experiência/Critérios de Independência	<p>O Sr. Pedro Jaime Cervatti é Bacharel em Administração de Empresas e em Ciências Contábeis na Faculdades Ítalo-brasileira e cursou mestrado em Contabilidade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC (1983/1989). O Sr. Pedro Jaime Cervatti é membro atualmente de diversos comitês de auditoria e conselho de administração.</p> <p>Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.</p>		
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês			
Pertence a administração ou aos Comitês	Comitê	Órgão Administração/Tipo Comitê	Comitê de Auditoria
Cargo eletivo ocupado	Membro do Comitê (Efetivo)	Tipo de Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21
Descrição de outro cargo/função			
Data da eleição	06/05/2024	Data de posse	Prazo do mandato
		06/05/2024	06/05/2026
Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)	23/10/2020
Condenações			
Tipo de condenação	N/A	Descrição da condenação	N/A

Pessoa				
Nome	Gilberto Braga		CPF	595.468.247-04
Data de nascimento	08/10/1960		Profissão	Economista
Experiência/Critérios de Independência	<p>Economista registrado no CORECON-RJ e contador registrado no CRC-RJ. Também possui diploma de pós-graduação em finanças pela PUC. Mestre em administração pela IBMEC. Atua nos últimos anos como conselheiro de administração, fiscal e membro de comitê de auditora em grandes empresas. Também presta consultoria empresarial nas áreas financeira, mercado de capitais, societária, tributária, arbitragens, perícia e assistência de perícia judicial, é Professor do Ibmec, FDC - Fundação Dom Cabral e de outras instituições de ensino em cursos de pós-graduação na área de governança corporativa, membro permanente do IBGC.</p> <p>Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.</p>			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês				
Pertence a administração ou aos Comitês	Administração		Órgão Administração/Tipo Comitê	Órgão - Conselho Fiscal
Cargo eletivo ocupado	Pres. C.F. Eleito p/ Controlador		Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função				
Data da eleição	29/04/2026	Data de posse	Prazo do mandato	1 ano (Até a AGO de 2027)
Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)	19/06/2024	
Condenações				
Tipo de condenação	N/A		Descrição da condenação	N/A

Pessoa				
Nome	João Gilberto Barreiros de Moura Braga		CPF	114.529.217-84
Data de nascimento	18/03/1986		Profissão	Arquiteto
Experiência/Critérios de Independência	<p>O Sr. João Gilberto é arquiteto e urbanista formado na UFRJ e registrado no CAU – RJ e graduando em Engenharia Civil pela UVA. Também possui diploma de pós-graduação em Gestão de Empresas pela FGV e pós-graduando em Construções Sustentáveis pela UNICID. Já foi responsável técnico gerente de projetos e obras de construção e reformas da 2B Consultoria; Consultor do Núcleo de Engenharia de perícias e assistências técnicas da Peritos Judiciais; responsável por projetos, desenvolvimento e licenciamento de empreendimentos de incorporação imobiliária de diversos portes; participou no desenvolvimento de projetos de infraestrutura urbana, como obras de reurbanização para a Copa do Mundo (FIFA), estação de transporte multimodal do Maracanã, entre outros; perito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e do Tribunal de Justiça de São Paulo; assistente técnico e consultor de escritórios de advocacia e empresas de diversos portes, incluindo multinacionais. Atualmente é Sócio da empresa 2B – Treinamento, Consultoria e Participações Ltda.; Consultor empresarial, perito judicial e membro do conselho fiscal da Brasil Salvage S/A.</p> <p>Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.</p>			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês				
Pertence a administração ou aos Comitês	Administração		Órgão Administração/Tipo Comitê	Órgão - Conselho Fiscal
Cargo eletivo ocupado	C.F. (Suplente) Eleito p/ Controlador		Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função				
Data da eleição	28/04/2025	Data de posse	Prazo do mandato	1 ano (Até a AGO de 2026)
Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)	19/06/2024	
Condenações				
Tipo de condenação	N/A		Descrição da condenação	N/A

Pessoa			
Nome	Elias de Matos Brito	CPF	816.669.777-72
Data de nascimento	28/07/1965	Profissão	Contador
Experiência/Critérios de Independência	<p>Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Morais Júnior (Instituto Brasileiro de Contabilidade) no Rio de Janeiro. Especialista em mercado financeiro pela Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro e em Perícia Judicial Contábil (Conselho Regional de Contabilidade - RJ). Trabalhou por 13 anos no Grupo Lundgren – Casas Pernambucanas, tendo ocupado os cargos de: Gerente de Auditoria Interna, Gerente de Crédito e Cobrança, Gerente de Orçamentos e Controle e Gerente Financeiro e de Tesouraria. Foi Liquidante do Banco do Estado do Rio de Janeiro S. A., entre 2002 / 2006, nomeado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Atualmente, é sócio da empresa Exato Assessoria Contábil Ltda, perito judicial do Tribunal Justiça do Estado do Rio de Janeiro e membro do Conselho Fiscal nas TIM, Gafisa, PetroRio e Aliança da Bahia. Elias Brito também atua com membro do Conselho de Administração da USIMINAS, membro do Conselho Consultivo da Grupo Dislub e Coordenador do Comitê de Auditoria da Casas Pernambucanas.</p> <p>Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.</p>		
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês			
Pertence a administração ou aos Comitês	Administração	Órgão Administração/Tipo Comitê	Órgão - Conselho Fiscal
Cargo eletivo ocupado	C.F. (Suplente) Eleito p/ Controlador	Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função			
Data da eleição	28/04/2025	Data de posse	Prazo do mandato 1 ano (Até a AGO de 2026)
Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)	19/06/2024
Condenações			
Tipo de condenação	N/A	Descrição da condenação	N/A

Pessoa			
Nome	Piedade Mota da Fonseca	CPF	548.435.537-00
Data de nascimento	29/04/1957	Profissão	Auditora
Experiência/Critérios de Independência	<p>Piedade Fonseca é graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com MBA da Amana e com STC – Skills, Tools and Competencies – Executive Program da FDC e da Kellogg School of Management.</p> <p>Possui mais de 40 anos de experiência em Auditoria, Avaliação de Controles Internos, Análise de Riscos e Compliance. Foi Diretora da Auditoria Interna, Controle e Compliance por 15 anos na CSN – Companhia Siderúrgica Nacional. Atuou como membro titular dos Conselhos de Administração da Inepar – FEM (em 1997), Eletropaulo (em 1998) e Condor-Tecnologias não Letais (de 2012 a 2015), nesta última, também presidiu o Comitê Financeiro. Atuou, ainda, como membro efetivo do Conselho Deliberativo da CBS Previdência (de 2003 a 2013), onde também exerceu cargo de Presidente da CBS Previdência, por 3 meses. Atuou, ainda, como membro suplente do Conselho de Administração da Namisa (de 2009 a 2012), e como membro suplente do Conselho Fiscal da VALE (de 1997 a 2001). Também atuou como membro titular no Conselho Fiscal da Neogrid Participações S.A (2021 e 2023). Atualmente, Piedade Fonseca é membro (desde 2018) e presidente do Conselho Fiscal da MOTIVA S. A.</p> <p>Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.</p>		
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês			
Pertence a administração ou aos Comitês	Administração	Órgão Administração/Tipo Comitê	Órgão - Conselho Fiscal
Cargo eletivo ocupado	C.F. (Efetivo) Eleito p/ Controlador	Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função			
Data da eleição	29/04/2026	Data de posse	Prazo do mandato 1 ano (Até a AGO de 2027)

Foi eleito pelo controlador?	Sim	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)	19/06/2024
Condenações			
Tipo de condenação	N/A	Descrição da condenação	N/A

Pessoa				
Nome	Fabian Bianca de Senço		CPF	510.190.498-80
Data de nascimento	23/05/2001		Profissão	Administrador
Experiência/Critérios de Independência	<p>Formado em Administração de Empresas pelo Instituto INSPER. Fabian é sócio e analista de ações da LIS CAPITAL, gestora independente de renda variável, na qual é responsável pela geração de novas ideias de investimentos e desenvolvimento de análise fundamentalista para empresas brasileiras.</p> <p>O Sr. Fabian é membro independente do Conselho de Administração de nossa Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.</p> <p>Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.</p>			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês				
Pertence a administração ou aos Comitês	Administração		Órgão Administração/Tipo Comitê	Órgão - Conselho Fiscal
Cargo eletivo ocupado	C.F. (Efetivo) Eleito p/ Minor. Ordinaristas		Tipo de Comitê de Auditoria	Não aplicável
Descrição de outro cargo/função				
Data da eleição	29/04/2026	Data de posse	Prazo do mandato	1 ano (Até a AGO de 2027)
Foi eleito pelo controlador?	Não	Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)	28/04/2025	
Condenações				
Tipo de condenação	N/A	Descrição da condenação	N/A	

Pessoa				
Nome	Murici dos Santos		CPF	248.933.788-21
Data de nascimento	03/08/1975		Profissão	Advogado
Experiência/Critérios de Independência	<p>O Sr. Murici dos Santos é advogado, graduado em Direito (2007) e História (2002) pela Universidade de Guarulhos e pós-graduado em Direito Corporativo e Compliance – EPD (2024). Possui especialização em Direito Societário pela FGV (2014) e Direito Ambiental pela ESA-OAB (2018). Atualmente cursando Pós-Graduação em Direito Tributário e Contabilidade Tributária – EPD– 2025/ 2026. Trabalha desde 2001 como consultor em Governança Corporativa, na prestação de serviços de consultoria e assessoria empresarial nas áreas administrativa, financeira, societária, tributária e atuação em Conselho de Administração e Fiscais, atuando nos últimos anos como Conselheiro Fiscal titular e suplente nas companhias: Tafibrás Participações S.A., Companhia Paranaense de Energia S.A - Copel, do Banco Nossa Caixa S.A.; Drogasil S.A.; Bicycletas Monark S.A.; M&G Poliéster S.A.; Santos Brasil S.A.; Medial Saúde S.A.; AES Tietê S.A., Têxtil Renauxview S.A; Metafrio Solutions S.A; Triunfo Participações e Investimentos S.A. Eucatex S.A Industria e Comércio, Rio Parapanema S.A., Tarpon Investimentos S.A ; Profarma Distribuidora de produtos Farmacêuticos S.A.; Vulcabrás S.A , Metalgráfica Iguazu S.A; Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro; International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A. , Creditaqui Financeira S.A. – CFI; Pettenati S.A Indústria Têxtil, Rossi Residencial S.A, entre outras. Atualmente o Sr. Murici dos Santos é Conselheiro Fiscal titular das Companhias: , Guararapes Confecções S.A (Titular-2021/atual) Transmissora Aliança De Energia Elétrica S.A. (2019/atual); e Viver Incorporadora e Construtora S.A (Titular – 2025/atual).</p> <p>Declara que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado</p>			

				para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.			
Membros da Diretoria, Conselhos e Comitês							
Pertence a administração ou aos Comitês		Administração			Órgão Administração/Tipo Comitê		Órgão - Conselho Fiscal
Cargo eletivo ocupado		C.F. (Suplente) Eleito p/ Minor. Ordinaristas			Tipo de Comitê de Auditoria		Não aplicável
Descrição de outro cargo/função							
Data da eleição	29/04/2026		Data de posse		Prazo do mandato		1 ano (Até a AGO de 2027)
Foi eleito pelo controlador?	Não		Data de início do primeiro mandato (mandatos consecutivos)				
Condenações							
Tipo de condenação		N/A			Descrição da condenação		N/A

Para fins de elaboração deste item 7.3/7.4 desta Proposta de Administração, inserimos os atuais membros de nossos Comitês que estão sendo indicados como membros do Conselho de Administração. Entretanto, a composição de nossos Comitês será definida em momento posterior, pelos conselheiros eleitos na assembleia geral ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2026. Dessa forma, não podemos garantir que este item 7.3/4 terá a composição aqui descrita.

7.5 Relações Familiares

Na data deste Formulário de Referência, não havia relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre nossos administradores, controladas e controladores.

7.6 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2024

Administrador do Emissor

SAMMY BIRMARCKER

Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

810.719.737-20

N/A

Controle

Brasileiro(a) - Brasil

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

BMK PARTICIPAÇÕES S.A.

Diretor Presidente e Acionista Controlador

03.283.980/0001-75

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

Não aplicável.

Administrador do Emissor

SAMMY BIRMARCKER

Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

810.719.737-20

N/A

Controle

Brasileiro(a) - Brasil

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

D1000 VAREJO FARMA PARTICIPAÇÕES S.A.

Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

12.108.897/0001-50

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

Não aplicável.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2023

Administrador do Emissor

SAMMY BIRMARCKER

Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

810.719.737-20

N/A

Controle

Brasileiro(a) - Brasil

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

BMK PARTICIPAÇÕES S.A.

Diretor Presidente e Acionista Controlador

03.283.980/0001-75

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

Administrador do Emissor

SAMMY BIRMARCKER

Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

810.719.737-20

N/A

Controle

Brasileiro(a) - Brasil

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

D1000 VAREJO FARMA PARTICIPAÇÕES S.A.

Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

12.108.897/0001-50

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Exercício Social 31/12/2025			
<u>Administrador do Emissor</u>			
SAMMY BIRMARCKER Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração	810.719.737-20 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A. Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração	45.453.214/0001-51 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ARMANDO SERENO DIOGINES MARTINS Membro efetivo do Conselho de Administração	818.876.717-49 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A. PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A.	45.453.214/0001-51 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Administrador do Emissor</u>			
JONATHAN MATTHEW MCGOWENS Membro efetivo do Conselho de Administração	N/A A35318024	Controle Estrangeiro(a) - Estados Unidos	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Cencora, Inc. Vice-Presidente Sênior de estratégia global e entrega de fusões e aquisições	N/A	Estrangeiro(a) - Estados Unidos	
<u>Observação</u>			
É executivo na Cencora Corporation, que controla indiretamente a BPL Brazil Company que, por sua vez, possui Acordo de Acionistas com grupo de controle da Profarma (controladora da d1000)			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Exercício Social 31/12/2024			
<u>Administrador do Emissor</u>			
SAMMY BIRMARCKER Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração	810.719.737-20 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A. Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração	45.453.214/0001-51 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Administrador do Emissor</u>			
ARMANDO SERENO DIOGINES MARTINS Membro efetivo do Conselho de Administração	818.876.717-49 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A. PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A.	45.453.214/0001-51 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Administrador do Emissor</u>			
JONATHAN MATTHEW MCGOWENS Membro efetivo do Conselho de Administração	A35318024	Controle Estrangeiro(a) - Estados Unidos	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Cencora, Inc. Vice-Presidente Sênior de estratégia global e entrega de fusões e aquisições	N/A	Estrangeiro(a) - Estados Unidos	
<u>Observação</u> É executivo na Cencora Corporation, que controla indiretamente a BPL Brazil Company que, por sua vez, possui Acordo de Acionistas com grupo de controle da Profarma (controladora da d1000)			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Exercício Social 31/12/2023			
<u>Administrador do Emissor</u>			
SAMMY BIRMARCKER Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração	810.719.737-20 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A. Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração	45.453.214/0001-51 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ARMANDO SERENO DIOGINES MARTINS Membro efetivo do Conselho de Administração	818.876.717-49 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A. Membro efetivo do Conselho de Administração	45.453.214/0001-51 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
JONATHAN MATTHEW MCGOWENS Membro efetivo do Conselho de Administração	A35318024	Controle Estrangeiro(a) - Estados Unidos	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Cencora, Inc. Vice-Presidente Sênior de estratégia global e entrega de fusões e aquisições	N/A	Estrangeiro(a) - Estados Unidos	
<u>Observação</u>			
É executivo na Cencora Corporation, que controla indiretamente a BPL Brazil Company que, por sua vez, possui Acordo de Acionistas com grupo de controle da Profarma (controladora da d1000)			

d1000 Varejo Farma Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ: 12.108.897/0001-50

ANEXO VII

Proposta de Montante Global da Remuneração Anual dos Administradores

A Administração da d1000, em atendimento ao disposto no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 13, incisos I e II da Resolução CVM 81, propõe para aprovação em AGO, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores da Companhia (membros do Conselho de Administração e da Diretoria) e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia de até **R\$ 10.824.765,41 (dez milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos)**, para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026, sem considerar os impactos das contribuições previdenciárias (INSS) suportadas pela Companhia, incidentes sobre as remunerações fixa e variável, devendo o Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição. A Companhia esclarece que a remuneração acima prevista considera a eventual aprovação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, caso as deliberações previstas nos itens 5.4 e 5.5 da Proposta de Administração sejam aprovadas. Caso referidas deliberações não sejam aprovadas, a remuneração global anual da Administração para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026 será de até **R\$ R\$ 10.493.421,71 (dez milhões, quatrocentos e noventa e três mil, quatrocentos e vinte e um reais e setenta e um centavos)**, sendo que as informações indicadas na seção 8 do Formulário de Referência serão apresentadas ajustadas na atualização anual do Formulário de Referência da Companhia, a ser divulgado de acordo com o prazo previsto no Calendário de Eventos Corporativos da Companhia, disponível nos websites da Companhia e da CVM.

a) Período a que se refere a presente proposta de remuneração:

A proposta da Administração se refere ao período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026, qual seja, o exercício social corrente.

b) Comentários sobre (i) os valores aprovados na Proposta de Administração em 2025 e (ii) os valores referentes à remuneração dos Administradores efetivamente realizados, incluindo eventuais diferenças entre as informações descritas nos itens (i) e (ii):

O valor da remuneração global dos administradores aprovado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2025 foi de **R\$ 12.079.596,76 (doze milhões, setenta e nove mil, quinhentos e noventa e seis reais e setenta e seis centavos)**, considerando os impactos das contribuições previdenciárias (INSS) suportadas pela Companhia (R\$ 10.362.560,80 (dez milhões, trezentos e sessenta e dois mil, quinhentos e sessenta reais e oitenta centavos), sem considerar os impactos das contribuições previdenciárias (INSS) suportadas pela Companhia), ao passo que o valor efetivamente realizado foi de R\$ 11.227.318,45 (onze milhões, duzentos e vinte e sete mil, trezentos e dezoito reais e quarenta e cinco centavos) considerando os impactos das contribuições previdenciárias (INSS) suportadas pela Companhia, (R\$ 9.578.420 (nove milhões, quinhentos e setenta e oito mil, quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) sem considerar os impactos das contribuições previdenciárias (INSS) suportadas pela Companhia). A diferença entre o valor proposto e o valor realizado (considerando os impactos das contribuições previdenciárias (INSS) suportadas pela Companhia) foi de - 7,6% e é explicado principalmente **em razão aos valores inferiores previstos para pagamentos de bônus e participação nos resultados.**

- c) **Comentários sobre eventuais diferenças entre os valores da proposta atual e da proposta anterior e os constantes do item 2 do Formulário de Referência da companhia, esclarecendo, por exemplo, se são decorrentes da não correspondência entre o período coberto pelas propostas (letra “a”) e o período coberto pelo Formulário de Referência (exercício social).**

O valor da remuneração global dos administradores aprovado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2025 foi de **R\$ 12.079.596,76 (doze milhões, setenta e nove mil, quinhentos e noventa e seis reais e setenta e seis centavos)**, considerando os impactos das contribuições previdenciárias (INSS) suportadas pela Companhia (R\$ 10.362.560,80 (dez milhões, trezentos e sessenta e dois mil, quinhentos e sessenta reais e oitenta centavos), sem considerar os impactos das contribuições previdenciárias (INSS) suportadas pela Companhia) e o valor efetivamente realizado foi de **R\$ 11.227.318,45 (onze milhões, duzentos e vinte e sete mil, trezentos e dezoito reais e quarenta e cinco centavos)**, considerando os impactos das contribuições previdenciárias (INSS) suportadas pela Companhia, (R\$ 9.578.420 (nove milhões, quinhentos e setenta e oito mil, quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) sem considerar os impactos das contribuições previdenciárias (INSS) suportadas pela Companhia).

O valor da remuneração global dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026 proposto pela Administração é de até **R\$ 10.824.765,41 (dez milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos)**, sem considerar os impactos das contribuições previdenciárias (INSS) suportadas pela Companhia, incidentes sobre as remunerações fixa e variável. O valor ora proposto é **R\$ 462.204,61 ou 4,5%** maior do que o valor aprovado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2025 em razão (sem considerar os impactos das contribuições previdenciárias (INSS) suportadas pela Companhia, principalmente do reajuste dos valores em relação ao exercício de 2025).

Esclarecemos que os valores divulgados em 2025 foram apresentados com a inclusão dos impactos das contribuições previdenciárias (INSS), enquanto, neste ano, os valores estão sendo divulgados sem a incidência de impostos, conforme orientação do item 10.2.8.2 do Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.

Remuneração Total em Valores Anuais						
	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	Valor realizado em 2025	Proposta de Administração em 2026	Valor realizado em 2025	Proposta de Administração em 2026	Valor realizado em 2025	Proposta de Administração em 2026
Nº total de membros	7,00	7,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Remuneração fixa anual						
Salário ou pró-labore	1.567.185,12	1.567.185,12	4.498.269,40	4.676.123,30	301.212,00	331.343,70
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	46.441,18	53.825,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,00
Outros*	313.437,02	0,00	939.066,49	0,00	58.569,00	0,00

Bônus	0,00	0,00	2.394.255,39	3.079.843,67	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	771.057,46	1.116.444,62	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros*	0,00	0,00	337.825,39	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações variáveis	n/a	n/a	INSS Patronal	n/a	n/a	n/a
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.					
Total da remuneração	1.880.622,14	1.567.185,12	8.986.915,31	8.926.236,59	359.781,00	331.343,70

* Os valores divulgados em 2025 foram apresentados com a inclusão dos impactos das contribuições previdenciárias (INSS), enquanto, neste ano, os valores estão sendo divulgados sem a incidência de impostos, conforme orientação do item 10.2.8.2 do Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.

Para mais informações relativas à remuneração dos administradores da Companhia nos últimos exercícios sociais e à previsão acima mencionada para o exercício social corrente vide **Anexo VII** da Proposta da Administração, que contém a seção 8 do Formulário de Referência da d1000.

d1000 Varejo Farma Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ: 12.108.897/0001-50

ANEXO VIII

Seção 8 do Formulário de Referência

8. Remuneração dos administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e local onde o documento pode ser localizado

Em 3 de março de 2020, o nosso Conselho de Administração aprovou a Política de Remuneração do pessoal-chave da nossa administração ("[Política de Remuneração](#)"). A nossa Política de Remuneração tem como principal função alinhar os interesses dos nossos administradores e os nossos objetivos, baseada nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

De acordo com a nossa Política de Remuneração, a remuneração global dos administradores e membros dos comitês de assessoramento, quando instalados, poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável de curto prazo; e (iii) benefícios.

O inteiro teor da nossa Política poderá ser consultado no nosso site de relações com investidores (<https://ri.reded1000.com.br/>) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) na categoria Política de Remuneração.

b. Práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando

i. Os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Nos termos do nosso Estatuto Social e da nossa Política, compete ao nosso Conselho de Administração definir e aprovar a remuneração individual dos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

O nosso departamento de Cultura & Gestão de Gente é responsável por coletar dados a respeito da remuneração de mercado, praticada por nossos concorrentes e por empresas de porte similar ao nosso, em termos de faturamento bruto e complexidade. O processo de fixação da remuneração fixa individual do Conselho de Administração e da Diretoria é definido no momento da admissão do administrador, variando de acordo com a formação e experiência profissional, conforme as expectativas de mercado, sendo readequado quando necessário.

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia

A nossa Política entrou em vigor em 3 de março de 2020. Compete ao Conselho de Administração avaliar, ao menos anualmente, a necessidade de promover atualizações necessárias à mencionada Política.

c. Composição da remuneração, indicando

- i. Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles: seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor; sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais; principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG; sua metodologia de cálculo e de reajuste

Exercício social encerrado em 31/12/2025					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal	100,00%	100,00%	52,39%	68,15%	100,00%
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	47,01%	29,53%	0,00%
Benefícios	0,00%	0,00%	0,60%	2,32%	0,00%
Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Pós-Emprego	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Remunera�o Baseada em A�es	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social encerrado em 31/12/2024					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal	100,00%	100,00%	60,20%	71,05%	100,00%
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	39,27%	26,47%	0,00%
Benefícios	0,00%	0,00%	0,53%	2,49%	0,00%
Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Pós-Emprego	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Remunera�o Baseada em A�es	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social encerrado em 31/12/2023					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal	100,00%	0,00%	57,60%	70,27%	100,00%
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	41,95%	27,65%	0,00%
Benefícios	0,00%	0,00%	0,45%	2,08%	0,00%

Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Pós-Emprego	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração Baseada em Ações	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Nosso departamento de Cultura & Gestão de Gente é responsável por coletar dados a respeito da remuneração de mercado, praticada por nossos competidores e por empresas de porte similar ao nosso, em termos de faturamento bruto e complexidade. Esta proposta de remuneração é levada à assembleia geral ordinária, que aprova a remuneração global da administração para o exercício social corrente. Nosso Conselho de Administração é então responsável por individualizar a remuneração de cada membro de nossa Diretoria Estatutária.

A parcela da remuneração correspondente ao bônus anual atribuída aos nossos Diretores Estatutários e aos nossos Diretores não Estatutários está vinculada ao cumprimento de metas de desempenho previamente estabelecidas pela Companhia.

Segue abaixo a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles segregados por órgão da administração:

Conselho de Administração

Remuneração fixa mensal: O salário (pró-labore) dos membros do Conselho de Administração é definido no momento da admissão do Conselheiro.

Os membros do Conselho de Administração farão jus a uma remuneração fixa, que será determinada de acordo com o padrão de mercado.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração será proporcional às suas respectivas atribuições, responsabilidades, disponibilidade de tempo, proatividade, dedicação, alinhamento com os interesses da Companhia, conhecimento das particularidades das atividades desenvolvidas pela Companhia, seu mercado de atuação, sua cadeia de fornecedores, logística, modelo de negócios, conhecimento do potencial de seus colaboradores e lideranças, dentre outros, sempre relacionados com as atividades da Companhia e seu desenvolvimento.

Remuneração variável: Os membros do Conselho de Administração não farão jus a uma remuneração variável.

Benefícios: Os membros do Conselho de Administração não farão jus a benefícios.

Diretoria Estatutária

Remuneração fixa mensal: O salário da Diretoria Estatutária é definido no momento da admissão do Diretor.

A remuneração da Diretoria é uma ferramenta efetiva de atração, motivação e retenção dos diretores, sendo estruturada de forma justa e compatível com as funções e os riscos inerentes ao cargo, de modo a proporcionar o alinhamento de seus interesses com os interesses da nossa Companhia.

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa que é determinada de acordo com a referência da remuneração atribuída a Diretores de sociedades que atuam no mesmo ramo e que são de porte similar (em termos de faturamento) ao da nossa Companhia, conforme trabalho realizado pela nossa área de Cultura & Gestão de Gente, a partir de informações obtidas de empresas de RH especializadas em pesquisa salariais.

A remuneração da nossa Diretoria deve ser aprovada pelo nosso Conselho de Administração por meio de um procedimento formal e transparente, de modo que: (a) seja estruturada de forma justa e compatível com as funções e os riscos inerentes a cada cargo, proporcionando o alinhamento dos interesses dos nossos Diretores com os nossos interesses; (b) considere os custos e os riscos envolvidos; e (c) esteja vinculada a resultados, com metas de médio e longo prazos relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a nossa Companhia.

Remuneração variável: A nossa Diretoria fará jus a uma remuneração variável de curto prazo, que será composta por bônus, que será calculado em múltiplos do salário, caso aplicável. Também fará jus a uma remuneração variável de longo

prazo com pagamento em espécie, que será calculado em múltiplos de salário, caso aplicável.

Benefícios: Os benefícios da nossa Diretoria são planos de saúde, plano odontológico, seguro de vida, vale-refeição, atribuição de celular, computador, financiamento de veículos, convênio farmácia e apoio psicológico.

Diretoria Não Estatutária

Remuneração fixa mensal: O salário da Diretoria Não Estatutária é definido no momento da admissão do Diretor.

A remuneração da Diretoria é uma ferramenta efetiva de atração, motivação e retenção dos diretores, sendo estruturada de forma justa e compatível com as funções e os riscos inerentes ao cargo, de modo a proporcionar o alinhamento de seus interesses com os interesses da nossa Companhia.

Os membros da Diretoria Não Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa que é determinada de acordo com a referência da remuneração atribuída a Diretores de sociedades que atuam no mesmo ramo e que são de porte similar (em termos de faturamento) ao da nossa Companhia, conforme trabalho realizado pela nossa área de Cultura & Gestão de Gente, a partir de informações obtidas de empresas de RH especializadas em pesquisa salariais.

A remuneração da nossa Diretoria deve ser aprovada pelo nosso Conselho de Administração por meio de um procedimento formal e transparente, de modo que: (a) seja estruturada de forma justa e compatível com as funções e os riscos inerentes a cada cargo, proporcionando o alinhamento dos interesses dos nossos Diretores com os nossos interesses; (b) considere os custos e os riscos envolvidos; e (c) esteja vinculada a resultados, com metas de médio e longo prazos relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a nossa Companhia.

Remuneração variável: A nossa Diretoria fará jus a uma remuneração variável de curto prazo, que será composta por bônus, que será calculado em múltiplos do salário, caso aplicável. Também fará jus a uma remuneração variável de longo prazo com pagamento em espécie, que será calculado em múltiplos de salário, caso aplicável.

Benefícios: Os benefícios da nossa Diretoria são planos de saúde, plano odontológico, seguro de vida, vale-refeição, atribuição de celular, computador, financiamento de veículos, convênio farmácia e apoio psicológico.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função, é fixada pela assembleia geral que os elege, e não será inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento (10%) da remuneração que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Comitês

Os membros do Comitê de Auditoria que também são membros do nosso Conselho de Administração não recebem remuneração adicional pela função que exercem nos referidos Comitês. No caso de membro de Comitê que não é membro do Conselho de Administração, este faz jus a uma remuneração mensal fixa a título de pró-labore. O salário do(s) membro(s) dos Comitês é definido no momento da admissão de cada membro. O sistema de salários é avaliado e readequado quando necessário com base em pesquisas especializadas adquiridas de empresas do ramo.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração é balizada para garantir a nossa competitividade na atração e retenção de nossos colaboradores, assim como reconhecer o desempenho de acordo com o atingimento dos resultados alcançados.

O posicionamento desta composição total (soma de todos os elementos) está alinhado às expectativas de mercado, sendo as parcelas fixas definidas no momento da eleição do membro da administração e as parcelas variáveis resultantes da ponderação dos atingimentos das metas individuais e da Companhia estabelecidas para cada exercício, evitando o surgimento de distorções que prejudiquem a nossa capacidade de atrair e reter profissionais competentes e qualificados.

Podemos ainda destacar os seguintes objetivos da composição de remuneração:

- Associar uma parcela significativa da remuneração aos resultados da empresa (meritocracia);

- Gerar um equilíbrio entre as diferentes parcelas da remuneração, que incentive a busca de resultados de curto, médio e longo prazos;
- Balancear a remuneração variável de curto prazo, visando a geração de resultados anuais sustentáveis e que resultem na criação de valor para a nossa Companhia.
- Balancear a remuneração variável de longo prazo, visando a contribuição direta para estratégia e futuro dos negócios para nossa Companhia.

Com isso, asseguramos a competitividade ou atração de pessoas, a retenção de profissionais qualificados, a aplicação da meritocracia, além de apresentar um equilíbrio com o sistema orçamentário da Companhia.

iii. a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

O conselheiro Sammy Birmarcker não recebeu remuneração em decorrência de seu cargo como conselheiro, uma vez que exerce a função remunerada de Diretor Presidente de nossa Companhia.

O conselheiro Jonathan Matthew McGowens não recebe remuneração adicional, pela função que exerce no Conselho, tendo em vista que exerce função remunerada na Cencora (antiga AmerisourceBergen), sociedade norte-americana controladora da BPL.

Os membros do nosso Comitê de Auditoria que também são membros do nosso Conselho de Administração não recebem remuneração adicional pela função que exercem no Comitê de Auditoria.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Em 31 de dezembro de 2025, não existia remuneração de nossos administradores que seja suportada por nossas subsidiárias, controladas ou por controladores diretos ou indiretos de nossa Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Em 31 de dezembro de 2025, não possuíamos qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

8.2. Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente – 31/12/2026 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.567.185,12	4.676.123,30	331.343,70	6.574.652,12
Benefícios direto e indireto	0,00	53.825,00	0,00	53.825,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.079.843,67	0,00	3.079.843,67
Participação de resultados	0,00	1.116.444,62	0,00	1.116.444,62
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2026, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2026, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2026, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.567.185,12	8.926.236,59	331.343,70	10.824.765,41

Remuneração total Exercício Social encerrado em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.567.185,12	4.498.269,40	301.212,00	6.366.666,52
Benefícios direto e indireto	0,00	46.441,18	0,00	46.441,18
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	313.437,02	939.066,49	58.569,00	1.311.072,51
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores classificados como "Outros" referem-se a encargos sociais incidentes sobre a remuneração dos administradores.	Os valores classificados como "Outros" referem-se a encargos sociais incidentes sobre a remuneração dos administradores.	Os valores classificados como "Outros" referem-se a encargos sociais incidentes sobre a remuneração dos administradores.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.394.255,39	0,00	2.394.255,39
Participação de resultados	0,00	771.057,46	0,00	771.057,46
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	337.825,39	0,00	337.825,39
Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores classificados como "Outros" referem-se a encargos sociais incidentes sobre a remuneração dos administradores.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessaçã do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2026, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2026, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2026, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.880.622,14	8.986.915,31	359.781,00	11.227.318,45

Remuneração total Exercício Social encerrado em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	1,75	12,75
Nº de membros remunerados	4,42	4,00	1,75	10,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.404.925,98	4.308.105,06	160.646,40	5.873.677,44
Benefícios direto e indireto	0,00	45.675,40	0,00	45.675,40
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	280.985,20	897.066,42	32.129,28	1.210.180,90
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores classificados como "Outros" referem-se a encargos sociais incidentes sobre a remuneração dos administradores.	Os valores classificados como "Outros" referem-se a encargos sociais incidentes sobre a remuneração dos administradores.	Os valores classificados como "Outros" referem-se a encargos sociais incidentes sobre a remuneração dos administradores.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.261.685,35	0,00	2.261.685,35
Participação de resultados	0,00	833.492,22	0,00	833.492,22
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	300.177,18	0,00	300.177,18
Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores classificados como "Outros" referem-se a encargos sociais incidentes sobre a remuneração dos administradores.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2026, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2026, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2026, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.685.911,18	8.646.201,63	192.775,68	10.524.888,49

Remuneração total Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	0,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.282.242,24	4.206.733,27	0,00	5.488.975,51
Benefícios direto e indireto	0,00	39.438,57	0,00	39.438,57
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	256.448,45	893.020,92	0,00	1.149.469,37
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores classificados como "Outros" referem-se a encargos sociais incidentes sobre a remuneração dos administradores.	Os valores classificados como "Outros" referem-se a encargos sociais incidentes sobre a remuneração dos administradores.	0,00	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.547.129,83	0,00	2.547.129,83
Participação de resultados	0,00	803.595,54	0,00	803.595,54
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	363.135,25	0,00	363.135,25
Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores classificados como "Outros" referem-se a encargos sociais incidentes sobre a remuneração dos administradores.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2026, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2026, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	1.538.690,69	8.853.053,38	0,00	10.391.744,07

8.3. Remuneração variável

Remuneração variável prevista para o Exercício Social corrente – 31/12/2026

Remuneração variável do Exercício Social previsto em 31/12/2026 - PREVISTO 2026				
Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
(em R\$ mil, exceto número de Administradores)				
Número total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Número de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	3.079.843,67	0	3.079.843,67
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	2.566.536,39	0	2.566.536,39
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	1.116.444,62	0	1.116.444,62
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	930.370,52	0	930.370,52

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Esclarecimento	Não há remuneração variável para o Conselho de Administração		Não há remuneração variável para o Conselho Fiscal	
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.047.715,83	0,00	3.047.715,83
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2.539.763,19	0,00	2.539.763,19
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	2.394.255,39	0	2.394.255,39
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	969.064,40	0,00	969.064,40
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	807.553,67	0,00	807.553,67
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	771.057,46	0	771.057,46

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	1,75	12,75
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Esclarecimento	Não há remuneração variável para o Conselho de Administração		Não há remuneração variável para o Conselho Fiscal	
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.018.114,00	0,00	3.018.114,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2.515.095,00	0,00	2.515.095,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	2.261.685,35	0,00	2.261.685,35
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	959.666,40	0,00	959.666,40
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	799.722,00	0,00	799.722,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	833.492,22	0,00	833.492,22

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00		11,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,92		3,92
Esclarecimento	Não há remuneração variável para o Conselho de Administração		Não há remuneração variável para o Conselho Fiscal	
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.635.135,71	0,00	3.635.135,71
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3.029.279,76	0,00	3.029.279,76
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	2.547.129,83	0,00	2.547.129,83
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1.155.842,86		1.155.842,86
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	963.202,38		963.202,38
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	803.595,54		803.595,54

8.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária Remuneração variável

Não aplicável, tendo em vista que no último exercício social e no exercício social corrente a nossa Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações.

8.5. Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente a nossa Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações.

8.6. Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente a nossa Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações.

8.7. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que no último exercício social a nossa Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações.

8.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos três exercícios sociais a nossa Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários**

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos três exercícios sociais e até a data deste Formulário de Referência a nossa Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações.

8.10. Em relação a cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. data de outorga e. quantidade de ações outorgadas**
- e. prazo máximo para entrega das ações**
- f. prazo de restrição à transferência das ações**
- g. valor justo das ações na data da outorga**
- h. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga**

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos três exercícios sociais e até a data deste Formulário de Referência a nossa Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações.

8.11. Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos três exercícios sociais e até a data deste Formulário de Referência a nossa Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações.

8.12. Informações Necessárias para a Compreensão dos Dados Divulgados nos Itens 8.5 a 8.11.

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos três exercícios sociais e até a data deste Formulário de Referência a nossa Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações.

8.13. Quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos no Brasil ou no exterior, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, detidas por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal

Acionistas em 31 de dezembro de 2025	Ações Ordinárias da d1000
Controlador (Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A.)	34.649.337
Conselho de Administração	0
Conselho Fiscal	0
Diretoria	25.200
Total	34.674.538

* Consideram ações de membros do Conselho de Administração vinculados ao grupo de controle

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Na data deste Formulário de Referência, não havia registros formais de planos de previdência para membros do Conselho de Administração ou Diretores Estatutários

8.15. Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024
Nº de membros	4,00	4,00	4,00	7,00	7,00	7,00	3,00	1,75
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	4,00	5,00	4,42	4,00	3,00	1,75
Valor da maior remuneração Real	3.407.716,36	3.680.223,25	4.017.542,98	427.449,98	427.413,60	427.413,60	100.404,00	53.548,80
Valor da menor remuneração Real	1.197.452,29	804.076,75	1.188.316,80	284.942,88	265.155,18	284.942,88	33.468,00	53.548,80
Valor médio da remuneração Real	2.246.728,83	1.840.863,00	2.060.187,64	376.124,43	312.205,77	320.560,56	75.303,00	53.548,80

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	O número de membros de cada órgão foi apurado na forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP. Todos os membros remunerados da Diretoria exerceram o cargo por 12 meses no exercício. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que preside a Companhia. A menor remuneração da Diretoria foi percebida por membro que recebeu valor de remuneração fixa inferior aos demais referente a competência de 2025. A remuneração média considera o total da remuneração anual de 2025 com adição de incentivo de curto prazo competência 2025 percebidos pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item acima.	
31/12/2024	O número de membros de cada órgão foi apurado na forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP. Todos os membros remunerados da Diretoria exerceram o cargo por 12 meses no exercício. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que preside a Companhia. A menor remuneração da Diretoria foi percebida por membro que recebeu valor de incentivo de curto prazo inferior aos demais referente a competência de 2024. A remuneração média considera o total da remuneração anual de 2024 com adição de incentivo de curto prazo competência 2024 percebidos pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item acima.	
31/12/2023	O número de membros de cada órgão foi apurado na forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP. Todos os membros remunerados da Diretoria exerceram o cargo por 12 meses no exercício. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que presidiu a Companhia. A menor remuneração da Diretoria foi percebida por membro que recebeu valor de incentivo de curto prazo inferior aos demais referente a competência de 2023. A remuneração média considera o total da remuneração anual de 2023 com adição de incentivo de curto prazo competência 2023 percebidos pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item acima.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	O número de membros de cada órgão foi apurado na forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, houve alteração de um titular membro não remunerado, sem impacto na remuneração.	

31/12/2024	O número de membros de cada órgão foi apurado na forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a nossa Companhia substituiu um membro não remunerado por um remunerado em seu Conselho de Administração, atualizando sua composição para 7 membros, sendo 5 remunerados e 2 não remunerados.	
31/12/2023	O número de membros de cada órgão foi apurado na forma especificada no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a nossa Companhia fez alteração do seu Conselho de Administração, composto por 7 membros, sendo 4 remunerados e 3 não remunerados.	

8.16. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, incluindo consequências financeiras para a Companhia

Na data de atualização deste Formulário de Referência, não havia registros formais de remuneração ou indenização para administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, relativamente aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Previsto 31/12/2026	0,00%	46,79%	0,00%
31/12/2025	0,00%	44,60%	0,00%
31/12/2024	0,00%	49,98%	0,00%
31/12/2023	0,00%	45,25%	N/A

8.18. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, dos Diretores Estatutários ou do Conselho Fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria, em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente.

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, os nossos administradores não receberam ou há previsão de que receberão qualquer remuneração da nossa Companhia que não a atribuída a eles em contraprestação aos serviços prestados em razão do cargo que ocupam na Administração da nossa Companhia.

8.19. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os nossos administradores receberam remuneração de nossos controladores diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas em função do exercício de seus respectivos cargos na d1000.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026 (Estimativa)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	347.100	4.378.560,90	321.687,86	5.047.348,76
Controladas	0	0	0	-
Sociedades sob controle comum	0	0	0	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	347.100	4.265.832,99	160.843,94	4.773.776,93
Controladas	0	0	0	-
Sociedades sob controle comum	0	0	0	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	347.100	3.477.696,72	0	3.824.796,72
Controladas	0	0	0	-
Sociedades sob controle comum	0	0	0	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	347.100,00	3.472.852,19	0	3.819.952,19
Controladas	0	0	0	0,00
Sociedades sob controle comum	0	0	0	0,00

8.20. Outras informações relevantes

Informação adicional ao item 8.2

Em atenção à Resolução CVM 80, no item 8.2 deste Formulário de Referência informamos: (i) o número total de membros do nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria e do nosso Conselho Fiscal (item 8.2.b do Anexo C da Resolução CVM 80); e (ii) o número de membros remunerados do nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria e do nosso Conselho Fiscal (item 8.2.c do Anexo C da Resolução CVM 80). Em ambos os casos, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Em ambos os casos, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular/Anual-2026-CVM-SEP, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº total de membros dos órgãos de administração/ nº de membros remunerados dos órgãos de administração (conforme o caso).

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, o cálculo do número total de membros e do número de membros remunerados do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria e do nosso Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado a seguir:

Previsão para o Exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026						
Mês	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	Membros	Membros remunerados	Membros	Membros remunerados	Membros	Membros remunerados
Janeiro	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Fevereiro	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Março	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Abril	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Mai	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Junho	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Julho	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Agosto	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Setembro	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Outubro	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Novembro	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Dezembro	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Média	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025						
Mês	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	Membros	Membros remunerados	Membros	Membros remunerados	Membros	Membros remunerados
Janeiro	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Fevereiro	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Março	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Abril	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Mai	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Junho	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Julho	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Agosto	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Setembro	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Outubro	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Novembro	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Dezembro	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Média	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024						
Mês	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	Membros	Membros remunerados	Membros	Membros remunerados	Membros	Membros remunerados
Janeiro	7,00	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Fevereiro	7,00	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Março	7,00	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Abril	7,00	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Mai	7,00	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Junho	7,00	4,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Julho	7,00	4,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Agosto	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Setembro	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Outubro	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Novembro	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Dezembro	7,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Média	7,00	4,42	4,00	4,00	1,75	1,75

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023						
Mês	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	Membros	Membros remunerados	Membros	Membros remunerados	Membros	Membros remunerados
Janeiro	7,00	4,00	3,00	3,00	0,00	0,00
Fevereiro	7,00	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Março	7,00	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Abril	7,00	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Maio	7,00	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Junho	7,00	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Julho	7,00	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Agosto	7,00	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Setembro	7,00	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Outubro	7,00	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Novembro	7,00	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Dezembro	7,00	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Média	7,00	4,00	3,92	3,92	0,00	0,00